

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA



ANO XXI

Florianópolis, 10 de fevereiro de 1955

NÚMERO 5.309

GOVERNO DO ESTADO

Decretos de 11 de dezembro de 1954

O GOVERNADOR RESOLVE

Remover, a pedido:

De acordo com o art. 1º, da Lei n. 18, de 1º de agosto de 1951: Ormandina Margarida Teixeira, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, das Escolas Reunidas "Profª Maria da Anunciação Ruffs Mafra", de Ipira, município de Piratuba, para as Escolas Reunidas "Profª. Ecilda Caldeira de Sena", de Aiurê, município de Orleães.

Zaida Costa da Silveira, Professora Normalista, classe H, do Quadro Único do Estado, das Escolas Reunidas "Expedicionário Jovino Salvador da Silva", de Ribeirão Grande, distrito de Ribeirão Pequeno, município de Laguna para o Grupo Escolar "Henrique Lage" de Henrique Lage, município de Laguna.

Maria do Carmo Faisca da Silva, Professora Normalista, classe H, do Quadro Único do Estado do Grupo Escolar "Henrique Lage", da vila de Henrique Lage, município de Laguna, para o Grupo Escolar "Adolfo Konder" da cidade de Blumenau.

Decreto de 28 de janeiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Promover, por merecimento:

De acordo com o art. 54, da Lei n. 249, de 12-1-1949:

Pedro Paques do cargo da classe P da carreira de Inspetor Escolar, do Quadro Único do Estado, com exercício na 15ª Circunscrição Escolar, com sede em Caçador, ao cargo da classe Q, dessa carreira, vago em virtude da exoneração de Teodósio Maurício Wanderley.

Decretos de 1º de fevereiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear, por concurso:

De acordo com o art. 15, item III, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, combinado com o Decreto-lei n. 317, de 6 de dezembro de 1946 (Concurso de ingresso e reversão de 1955):

Leonice Maria Trevisani, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Coronel Fernando Machado", de Rio das Antas, município de Caçador).

Fioravante João Marchi, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Ribeirão da Velha, distrito e município de Nova Trento).

Marta Locks de Souza, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Vacas Gordas, distrito de Urubici, município de São Joaquim).

João Schmidt, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Santos Dumont", de Garcia, cidade de Blumenau).

Terezinha Discher Bombassaro, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Profª Júlia Miranda de Sousa", de Navegantes, cidade de Itajaí).

Maria Julieta Virissimo de Souza, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Altamiro Guimarães", da vila de Antônio Carlos, município de Biguaçu).

Terezinha Maria Ramos Virmond, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Orestes Guimarães", da cidade de São Bento do Sul).

Acari Zanini, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Santos Dumont", de Garcia, município de Blumenau).

Ligia Terezinha de Carvalho, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Castro Alves", da cidade de Araranguá).

Irmã Maria Consolata Rodrigues (Wilma Rodrigues), para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Benjamin Carvalho de Oliveira", da vila de Ipumirim, município de Concórdia).

Walmira Zimmermann Martins, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Gama Rosa", da vila de São Pedro de Alcântara, município de São José).

Neusa Vieira Neves, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Marechal Luz", da cidade de Jaguaruna).

Manoel Padilha da Igreja, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professora Antônia Machado Cubas", da vila de Ibiã, município de Tangará).

João Padilha da Igreja, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professora Dilma Moraes", distrito de Marari, município de Tangará).

Grimail do Nascimento Cabral, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professora Rosa Valentina Alves", da vila de Abdon Batista, município de Campos Novos).

Lecy Nunes Pôrto, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professor Bertoldo Zimmermann", de Anita Garibaldi, município de Tubarão).

Maria Bender (Irmã Maria Laurinda), para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola iso-

lada de Anita Garibaldi, distrito e município de Xaxim).

Catarina Dorvalina Reis Silva, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Invernadinha, distrito e município de Bom Retiro).

Hedi Klein Matzenbacher, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Profª Maria da Anunciação Ruffs Mafra", de Ipira, município de Piratuba).

Maria Lenir Scherer, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Rio do Engenho, distrito de Catuaí, município de Bom Retiro).

José Honório Trentini, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Volta Grande, distrito e município de Ibirama).

Amélia Poletto, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Maria da Anunciação Ruffs Mafra", distrito de Ipira, município de Piratuba).

Maria do Carmo Rodrigues Broering, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Pascoal Deretti", de Tracado, distrito de Urubici, município de São Joaquim).

Mailda Ávila, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Molha Cão I, distrito de Praia Grande, município de Turvo).

Anice Ochner (Irmã), para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "São José", de Rio Branco, município de Guaramirim).

Nadyr Silva, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Canto-Grande, distrito e município de Porto-Belo).

Amélia Laurinda da Silva, do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Pique do Rio do Cedro Baixo, distrito de Meleiro, município de Turvo).

Erotides Corrêa Bittencourt, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Conquista, distrito de Aguti, município de Nova Trento).

Maria Rodrigues Magdalena Bonetti, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Sanga do Engenho, distrito de Nova Veneza, município de Criciúma).

Alfredo Emanuel Cardoso, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Rafael Cedro, distrito e município de Ibirama).

Sebastiana Bittencourt, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Ribeirão da Pedra, distrito de Luiz Alves, município de Itajaí).

Leony Lourdes de Souza, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Campo das Flores, distrito e município de Ituporanga).

Ricardo Hoepers, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Raso Feio, distrito e município de Rio do Sul).

Rodolfo Stupp, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Ribeirão das Cobras, distrito de Lontras, município de Rio do Sul).

José Bertoli, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Barreiros, distrito e município de Canoinhas).

Leonor Müller Alberti, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Seria das Mortes, distrito e município de Canoinhas).

Fabiola dos Santos Campos, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professor Rodolfo Hollevegger", de Lagoado Mariano, distrito e município de Piratuba).

América Borb Schwabe, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professora Virgínia Paulina da Silva Gonçalves", de Rio da Várzea, município de Campos Novos).

Maria Thuselda Bilk, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Alto Rio das Pedras, distrito e município de Ituporanga).

Isabel Vieira, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Macacos, distrito de Indios, município de Lajes).

Celina Maria Lazzarini (Irmã), para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professor Madre Maria Avosani", de São Virgílio, município de Rodeio).

Dulcinéia Pereira Luiz, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Desvio Caillet, distrito e município de Mafra).

Catarina Corrêa Machado, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de São Miguel, distrito de Santa Cruz do Timbó, município de Porto União).

Beatriz Lúcia Moratelli (Irmã), para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Marina Vieira Leal", de Barracão, município de Gaspar).

Elda Ignez Pizolatti, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Costa Carneiro", da cidade de Orleans).

Thereza Martins da Rocha, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Marechal Luz", da cidade de Jaguaruna).

Inês Maria Tesser, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Rio Leão, distrito de Erval Velho, município de Campos Novos).

Clara Sens Guésser, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Pesqueiro de Cima, distrito e município de Xanxerê).

Doralice Linhares Bernardes, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Morro do Boi, distrito e município de Camboriú).

Maria Scott, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professor Jaime Carlos da Rocha", de Lindemberg, município de Capinzal).

Ione Mello, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Tocos, distrito e município de Pôrto União).

Elza Giovanella (Irmã), para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Baixo Salto, distrito e município de Nova Trento).

Maria Joannina Skorupa (Irmã Cecília), para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Serrão Verde, distrito de Ponte Alta, município de Curitiba).

América Arnalda Benies Ritter, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professor Eduardo Pedro do Amaral", de Filadélfia, município de Piratuba).

Thereza Uber (Irmã), para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Prof. S. Luciano Antônio Cabrera", vila de Fênix dos Guedes, município de Xanxerê).

José Barcelos, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Valada do Mosquito, distrito de Lontras, município de Rio do Sul).

Célia Moraes Bastos, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Serrinha, distrito e município de Rio do Sul).

Maria Teresa Leal, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Pôrto Escalvado, distrito e município de Itajaí).

Ludovico Tomporowski, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Vila Nova, distrito e município de Mafra).

Raphaella Magalhães, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Rio d'Areia de Cima, distrito e município de Mafra).

Genil Gomes Burg, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Quarta Linha Sangão, distrito de Içara, município de Criciúma).

Julietta Viacelli Colaco, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Santa

Terezinha, distrito e município de Capinzal).

Julita Franke, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F (Escola isolada de Fundos Aurora, distrito e município de Rio do Sul).

Salvador Bissoli, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Couto Magalhães", da cidade de Taió).

Maria Conceição Heinrich, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Cap. Osmar Romão da Silva", de Barra Fria, município de Campos Novos).

América Arnely Cardoso Ribeiro, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Prof. Manoel Dalmácio de Oliveira Frago", de Bom Jardim da Serra, município de São Joaquim).

Nomear:
De acordo com o art. 15, item IV da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Albino Zeni para exercer, interinamente, o cargo da classe P da carreira de Médico, do Quadro Único do Estado, vago em virtude da promoção de Haroldo Ferreira, para exercer o cargo no Posto de Saúde de Rio do Sul.

Conceder exoneração:
De acordo com o art. 95, § 1º, alínea a, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A Manoel Venâncio Machado, do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professora Targina Batista da Costa", de Ribeirão Grande, distrito de Paulo Lopes, município de Palhoça).

Decreto de 3 de fevereiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear:
Carlos Armando D'Ávila dos Santos, para exercer, interinamente, o cargo de Promotor Público, classe W-1, da carreira do Ministério Público, do Quadro Único do Estado.

Decretos de 4 de fevereiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Exonerar:
Estelita Vergínia da Silva, do cargo de Escrevente Juramentado da Escrivânia de Paz do distrito de "Gravatal", município e comarca de Tubarão, cujo serventário vitalício era Paulo Santos da Silva.

Nomear:
De acordo com o art. 169, do Decreto-lei n. 431, de 19 de março de 1940, combinado com o art. 32, do Decreto-lei n. 614, de 2 de março de 1942:

Estelita da Silva Kindermann para, com atribuição de fazer reconhecimento de letra e firma, exercer o cargo de Escrevente Juramentado da Escrivânia de Paz do distrito de "Gravatal", município e comarca de Tubarão, cujo serventário é Antônio João de Medeiros.

De acordo com o art. 174, combinado com o art. 52, da Lei n. 634 de 4 de janeiro de 1952:

Albino Elling, para exercer o cargo de Suplente de Juiz de Paz do distrito de "Ipoméia", município e comarca de Videira.

Luiz Olivino Rovaris, para exercer o cargo de 1º Suplente de Juiz de Paz, do distrito de "Arroio Trinta", município e comarca de Videira.

Willy Wiergutz, para exercer o cargo de Juiz de Paz do distrito de "Ipoméia", município e comarca de Videira.

Decretos de 7 de fevereiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Remover, a pedido:
De acordo com o art. 1º da Lei n. 18, de 1º de agosto de 1951:

Nereu Saturnino Nunes, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, das Escolas Reunidas "Prof. Eulina Cotia Ribeiro", de Campina da Alegria, distrito de Catanduvas, município de Joaçaba, para as Escolas Reunidas "Prof. Heitor Tomaz da Silveira", distrito de Irani, município de Joaçaba.

Irmã Fêde Tonolli, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, das Escolas Reunidas "Prof. Rute Lebarbechon", da vila de Água Dóce, município de Joaçaba, para as Escolas Reunidas "São Pedro", de Guarniranga, município de Guarniranga.

Maria José da Silva, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, das Escolas Reunidas "Prof. Pedro Paulo Philippi", distrito de Barra Velha, município de Araquari, para a Escola isolada de Vila do Rio Preto do Sul, distrito de Rio Preto do Sul, município de Mafra.

Tornar sem efeito:

O decreto de 11 de dezembro de 1954, que removeu José Sineval Couto, ocupante do cargo da classe M, da carreira de Diretor de Grupo Escolar, do Quadro Único do Estado, do Grupo Escolar "Prof. João Jorge de Campos", da cidade de Tangará, para o Grupo Escolar "Vidal Ramos", da cidade de Lajes.

O decreto de 11 de dezembro de 1954, que removeu Juracy Cruz Couto, Professora Normalista, classe H, do Quadro Único do Estado do Grupo Escolar "Prof. João Jorge de Campos", da cidade de Tangará, para o Grupo Escolar "Vidal Ramos", da cidade de Lajes.

Conceder exoneração:
De acordo com o art. 95, § 1º, alínea a, da Lei n. 249, de 12-1-1949:

A Adolfo Bunn Júnior, do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Rancho Queimado, distrito e município de São José).

A Lelita Bernadete Bittencourt, Professora Normalista, classe H, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Mauá", de Oficinas, cidade de Tubarão).

Exonerar:
Helena Maria dos Reis Santos, Professora Complementarista, referência VII, efetivo (Escola isolada de Rio da Luz I, distrito e município de Jaraguá do Sul), por ter sido nomeada para exercer cargo público.

Lotar:
Ascânio Sacher, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, na Escola isolada de Chapecozinho, distrito de Abelardo Luz, município de Xanxerê, tendo em vista a criação do Grupo Escolar.

Catarina Zucco Sacher, ocupante do cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, na Escola isolada de Invernada, distrito e município de Xanxerê, tendo em vista a criação do Grupo Escolar.

Decreto de 8 de fevereiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear:

De acordo com o art. 174, da Lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952: Ivone Schroeder Rogge, para exercer, vitaliciamente, o cargo de Escrevã de Paz do distrito da sede do município de Piratuba, comarca de Concórdia, vago em virtude do falecimento do respectivo titular.

Portarias de 28 de janeiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Aprovar:
A Resolução n. 2/55, de 5 de janeiro de 1955, do Conselho Rodoviário do Estado, que criou a 13ª Residência do Departamento de Estradas de Rodagem, com sede em Araranguá e limites constantes da Justificativa planta anexa.

A Resolução n. 3/55, de 5 de janeiro de 1955, do Conselho Rodoviário do Estado, que criou a 14ª Residência do Departamento de Estradas de Rodagem, com sede em São Miguel D'Oeste e limites constantes da Justificativa planta anexa.

Portaria de 30 de janeiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Licenciar:

De acordo com o art. 162, alínea b, combinado com o art. 111, item V, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A Alusa Costa, ocupante do cargo de Escrivã do Departamento de Estradas de Rodagem, de 90 dias, com vencimento integral.

Portarias de 2 de fevereiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:

De acordo com o art. 45, parágrafo único, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Ary Kardec Bosco de Melo, ocupante do cargo da classe N, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, para, por mais 1 ano, ter exercício na Contadoria Geral do Estado.

Donatílio Silva, ocupante do cargo da classe O, da carreira de Laboratorista, do Quadro Único do Estado, para, por mais um ano, ter exercício na Contadoria Geral do Estado. (Reproduzidas por terem saído com incorreções)

Portarias de 7 de fevereiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 168, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949: A Emília Schmitz Casas, ocupante da função de Auxiliar de Cozinha Dietética, referência V, lotada no Centro de Saúde de Blumenau, por noventa (90) dias, com vencimento integral.

Tornar sem efeito:

A portaria datada de 26-1-1955, que designou Lúcio João Ferreira, Sargento da Polícia Militar do Estado, para exercer as funções de sub-delegado de Polícia do distrito de Pouso Redondo, no município de Rio do Sul.

Dispensar a pedido:

Lauro Duarte, das funções de Sub-delegado de Polícia do distrito de Uruguai, no município de Piratuba.

Pedro José Borges, das funções de primeiro suplente do Sub-delegado de Polícia do distrito de Caturra, no município de Bom Retiro.

Luiz Teodoro Martins, 3º Sargento da Polícia Militar do Estado, das funções de Sub-delegado de Polícia do distrito de Urubici, no município de São Joaquim.

Dispensar:

João Moreira Filho, das funções de Sub-delegado de Polícia do distrito de Guatambú, no município de Chapecó.

Nelson José da Silva, das funções de Sub-delegado de Polícia do distrito de Canasvieira, no município de Florianópolis.

Cândido Celi, das funções de primeiro Suplente do Sub-delegado de Polícia do distrito de Paula Pereira, no município de Canoinhas.

Designar:

João Maria da Luz, para exercer as funções de Sub-delegado de Polícia do distrito de Canasvieiras, no município de Florianópolis.

Antônio Soares, para exercer as funções de primeiro suplente do Sub-delegado de Polícia do distrito de Paula Pereira, no município de Canoinhas.

Raimundo Brasil, 2º Sargento da Polícia Militar do Estado, para exercer as funções de Sub-delegado de Polícia do distrito de Guatambú, no município de Chapecó.

Portaria de 8 de fevereiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença, em prorrogação:

Ao Desembargador Alcibiades Valério Silveira de Souza, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça por trinta dias, para tratamento de saúde, a contar de 9 do corrente mês.

Requerimentos despachados pelo Exmo. Sr. Governador

1º DE FEVEREIRO

Romeu Manoel de Souza — 140 — Indeferido, tendo em vista os pareceres.

Andradina de Oliveira Cardoso — 950 — Arquivar-se de acordo com as informações.

Pedro Lopes — 126 — Sim, de acordo com o laudo médico.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Portaria de 4 de fevereiro de 1954

O DIRETOR GERAL RESOLVE

Incluir:

Na escala de férias, baixada com a portaria n. 37, de 30 de dezembro de 1954, Plínio Franzoni Júnior, Estatístico Auxiliar "L", podendo gozá-las no mês de novembro.

Portaria de 7 de fevereiro de 1955

O DIRETOR GERAL RESOLVE

Transferir:

De 1º de junho para 8 do corrente o início das férias de Olga Voigt Lima, Estatística, "M".

INTERIOR E JUSTIÇA

Portaria de 4 de fevereiro de 1955

O SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO RESOLVE

Licenciar "ex-officio":

De acordo com o art. 162, alínea b, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Manoel Luiz de Campos, ocupante da função de Vigilante referência VIII, lotado na Penitenciária do Estado, por trinta dias, com vencimento integral.

EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Portaria de 1º de fevereiro de 1955

O SECRETÁRIO RESOLVE

Dispensar:

Catarina Dorvalina Reis Silva, da função de Professora Auxiliar, referência V (Escola isolada de Encruzilhada, distrito de Três Riachos, município de Biguaçu), por ter sido nomeada para exercer cargo público.

Portarias de 2 de fevereiro de 1955

O SECRETÁRIO RESOLVE

Admitir:

De acordo com a Lei n. 277, de 18 de junho de 1949:

Raquel Poli de Souza para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor Auxiliar na Escola isolada de Ribeirão da Velha, distrito e município de Nova Trento, com o salário diário de vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00), correndo a despesa por conta da dotação 36-1-036 do orçamento vigente.

Dispensar:

Akciná Ignez Maurici Valle, da função de Professor Auxiliar diarista (Escola isolada de Ribeirão da Velha, distrito e município de Nova Trento).

Portarias de 5 de fevereiro de 1955

O SECRETÁRIO RESOLVE

Retificar:

A portaria n. 1, de 1º de janeiro de 1955, que concedeu 90 dias de licença a professora Libânia Cunha Pereira, da Escola isolada de São Bernardo, distrito de Pouso Redondo, município de Rio do Sul, na parte referente a categoria que deveria ser Professor, referência VI e não como consta na portaria acima citada.

Remover, a pedido:

Henriqueta Terezinha Dadalt, Professora diarista, das Escolas Reunidas "Profª Júlia Crispina do Nascimento", do distrito de Erval Velho, município de Campos Novos, para a Escola isolada de Barra Fria II, distrito de Erval Velho, município de Campos Novos.

Designar:

De acordo com o art. 1º, alínea a, do Decreto n. 413, de 16 de fevereiro de 1949:

O professor Nereu Saturnino Nunes, para responder pela direção das Escolas Reunidas "Prof. Heitor Tomaz da Silveira", distrito de Irajá, município de Joaçaba, com a gratificação mensal de cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00), correndo a despesa por conta da dotação 36-0-007 do orçamento vigente.

O professor Raimundo Coser, para responder pela direção das Escolas Reunidas "Profª Anita Brasileira", de Lourdes, município de Videira.

Luiza Machado dos Santos, Professora Auxiliar, referência V, para ter exercício nas Escolas Reunidas "Profª Carmélia Fenner", da Vila de Itapema, município de Pôrto Belo, a contar de 15 de fevereiro de 1955.

Admitir:

Matilde Camestrini, na função de Zelador, referência IV (Escolas Reunidas "Julieta Lentz Puerta", distrito de Catanduvas, município de Joaçaba), correndo a despesa por conta da dotação 35-1-022 do orçamento vigente.

Maria Boos, na função de Zelador, referência V (Grupo Escolar "João Boos", de Guabiruba, município de Brusque), correndo a despesa por conta da dotação 35-1-002 do orçamento vigente, a contar de 15 de fevereiro de 1955.

De acordo com a Lei n. 277, de 18 de julho de 1949 e com o salário diário de vinte e cinco cruzeiros (Cr\$ 25,00), correndo a despesa por conta da dotação 31-1-036 do orçamento vigente:

A complementarista Iraci Girardi para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor no Grupo Escolar "Castro Alves", da cidade de Araranguá, no período de 29 de agosto à 15 de dezembro de 1954.

A complementarista Maria José Alves Morais para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a

função de Professor nas Escolas Reunidas "Prof. Agrícola Guimarães", de Parobé, distrito de Ribeirão Pequeno, município de Laguna.

De acordo com a Lei n. 277, de 18 de julho de 1949:

Deonilde Schio para, na qualidade de extranumerário-diarista exercer a função de Professor na Escola isolada de Chapecozinho, distrito de Ponte Serrada, município de Joaçaba, com o salário diário de vinte e três cruzeiros (Cr\$ 23,00), correndo a despesa por conta da dotação 35-1-035 do orçamento vigente.

Dispensar:

O professor Antônio Gitassi, de responsável pela direção das Escolas Reunidas "Profª Anita Brasileira", de Lourdes, município de Videira.

Orlanda Dirschnabel Imhof, da função de Zelador, referência V (Grupo Escolar "João Boos", de Guabiruba, município de Brusque).

Conceder dispensa:

A Olga Marquardt, da função de Professor diarista (Escola isolada de Romelândia, município de São Miguel d'Oeste), a contar de 1º de fevereiro de 1955.

A Adelmara Marquardt, da função de Servente, referência VII (Grupo Escolar "Prof. Carlos G. Guerreiro Krüeger", município de São Miguel d'Oeste), a contar de 1º de janeiro de 1955.

Portaria de 7 de fevereiro de 1955

O SECRETÁRIO RESOLVE

Licenciar "ex-officio":

De acordo com o art. 162, alínea b, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949

João Batista Barbato, ocupante da função de Mestre Especializado, referência XV, com exercício no Abrigo de Menores, por quarenta e cinco (45) dias, com vencimento integral.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Portaria de 4 de fevereiro de 1955

O DIRETOR RESOLVE

Nomear:

O sr. Camillo Andreatta, para exercer o cargo de Tesoureiro da Caixa Escolar das Escolas Reunidas "Prof. José Duarte Magalhães", de Barra do Rio Córrego, distrito e município de Jaraguá do Sul.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

Portaria de 2 de fevereiro de 1955

O DIRETOR RESOLVE

Designar:

O dr. Nelson Wendel, para exercer, a título precário, a função de Delegado-de-Higiene, do município de Taíó.

Portaria de 4 de fevereiro de 1955

O DIRETOR RESOLVE

Dispensar:

O dr. Frederico Kiefer da função de Delegado de Higiene do município de Mafra, em virtude de haver sido instalada na sede do referido município uma unidade-sanitária.

Portaria de 7 de fevereiro de 1955

O DIRETOR RESOLVE

Dispensar:

O dr. Janh Martins Ribeiro da função de Delegado de Higiene do município de Campos Novos, em virtude de haver sido instalada na sede do referido município uma unidade sanitária.

Requerimentos despachados

7 DE JANEIRO

Sesar Atila Batalha da Silveira — Como requer.

Wanda Keller Tancredo — Lavrar-se portaria de dispensa.

19 DE JANEIRO

Aida Maria Machado da Veiga — Registre-se.

José Luiz Ramos (dr.) — Registre-se.

20 DE JANEIRO

Huri Gomes Mendonça (dr.) — Como requer.

25 DE JANEIRO

Elcy Lourdes Idalêncio de Camargo — Como requer.

26 DE JANEIRO

José Francelino Santana — Expeçam-se os atestados. 665)

FAZENDA

PORTARIA N. 483

O SECRETÁRIO RESOLVE

De acordo com o art. 6º, da Lei n. 516, de 27 de agosto de 1951:

Desdobrar:

Dividindo em duas, a atual 34ª Zona Fiscal, na 3ª Região, como segue:

34ª Zona, com sede na cidade de São Bento do Sul, compreendendo os municípios de São Bento do Sul e Campo Alegre.

71ª Zona, com sede no distrito de Rio Negrinho, município de São Bento do Sul, compreendendo o distrito de Rio Negrinho.

Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda, em Florianópolis, 4 de fevereiro de 1955.

Heriberto Hulse, Secretário.

Requerimentos despachados

24 DE JANEIRO

Teresa Veiga Visalli — 1.205 — Sim, de acordo com os pareceres.

Walter Jansen — 79 — Deferido, para o pagamento em seis (6) prestações mensais.

27 DE JANEIRO

Masbra Madeireira Sul Brasileira Ltda. — 12 — Deferido, à vista das informações.

Gráfica 43 S. A. — Indústria e Comércio — 1.221 — Pague-se à vista das informações, a quantia de Cr\$ 4.448,00, desentranhando-se os documentos necessários a comprovação da despesa de acordo com o decreto n. 622, de 28-11-38.

Olimpia da Silva Melo — 1.010 — O recurso só poderia ser apreciado se tivesse sido prestado a fiança exigida em Lei.

Irmãos Trevisani Ltda. — 1.044 — Peduzo as notificações para Cr\$ 7.373,00, excluindo os adicionais de Cr\$ 317,50, e Cr\$ 1.010,00, de acordo com o art. 5º do decreto-lei n. 915.

Hélio Pretto — 817 — Como requer, à vista das informações.

28 DE JANEIRO

Sociedade Com. Otto Bernhardt Ltda. — 1.227 — Atenda a requerente à solicitação do Diretor do Tesouro do Estado.

Frederico Weiss — 408 — Arquivar-se, por já ter sido atendido. Guaracy B. Marinho — 119 — Tratando-se de irregularidades verificadas referente a Concessão de Terras, deverá o processo ser enviado ao exmo. sr. Secretário da Agricultura, para as providências que julgar de direito.

29 DE JANEIRO

Companhia Telefônica Catarinense — 1.263 — Pague-se à vista das informações a quantia de Cr\$ 3.019,30 desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa de acordo com o Decreto n. 622, de 28-11-38.

Laboratório Silva Araújo — Rous-

sel S. A. — 1.230 — Deferido à parte referente ao faturamento pela filial Curitiba, desde que faça prova ao fisco de Santa Catarina, que o imposto devido foi pago na fonte de origem. Indeferido quanto a centralização da escrita fiscal em Curitiba.

1º DE FEVEREIRO

Moacir de Moraes Lima — 120 — Sim, de acordo com os pareceres. Lux Hotel — 825 — Autorizo a compensação de Cr\$ 50.629,20, correspondente ao excesso de selos aplicados de setembro de 1953, à agosto de 1954. Excluindo à parte anterior à setembro de 1954, por compreender período superior a um ano e por isso não gozar do benefício.

3 DE FEVEREIRO

Guaracy B. Marinho — 119 — Mantenho o despacho. Se fosse expedido o talão e a importância não tivesse dado entrada no Tesouro, caberia à Fazenda determinar a abertura do inquérito administrativo. Entretanto, o documento apresentado, simples recibo particular em papel avulso, não permite que o processo tivesse andamento pois não foi feita à prova legal, em talão oficial, do Depósito, cabendo portanto a Secretaria da Agricultura, determinar a abertura do inquérito administrativo, podendo então a Comissão de Inquérito ouvir o Tesouro a respeito do documento apresentado como prova do recolhimento.

Pereira Oliveira & Cia. — 95 — Pague-se, à vista das informações, a quantia de Cr\$ 9.000,00, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa de acordo com o decreto n. 622, de 28-11-938.

Comércio e Indústria Germano Stein S. A. Filial — 99 — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 4.656,00, idem, idem.

Pedro Xavier & Cia. — 88 — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 510,00, idem, idem.

V. de Santana & Cia. — 92 — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 15.500,00, idem, idem.

Maura Pereira Viana — 75 — Sim, de acordo com o laudo médico.

Roberto Salvador Caruso — 106 — Pague-se a importância de Cr\$ 1.864,00.

TESOURO DO ESTADO

Portaria de 22 de janeiro de 1955

O DIRETOR RESOLVE

Admitir:

De acordo com o art. 19, do Decreto-lei n. 1.023, de 29 de maio de 1944:

Inneu Michels, na função de Encarregado de Serviço, referência XII vaga em virtude da dispensa de Waldomiro Patrune, para ter exercício no Posto de Arrecadação de Valões, município de Porto União.

Portaria de 28 de janeiro de 1955

O DIRETOR RESOLVE

Dispensar:

Hercílio Lentz, da função de Auxiliar de Escritório, referência IX, por ter sido nomeado para exercer outro cargo público.

Portaria de 1º de fevereiro de 1955

O DIRETOR RESOLVE

Admitir:

De acordo com o art. 19, do Decreto-lei n. 1.023, de 29 de maio de 1949:

Flávio Souza na função de Auxiliar de Escritório, referência IX, vaga em virtude da dispensa de Hercílio Lentz, para ter exercício na Colônia de Criciúma.

INDÚSTRIAS DE MADEIRAS MAFRA S/A

Edital de convocação

Assembleia geral extraordinária. Ficam pelo presente edital, convocados os senhores acionistas para a assembleia geral extraordinária, que se realizará no dia 26 de fevereiro do corrente ano, às 16 horas, na sede social desta firma, à rua Marechal Deodoro da Fonseca n. 154, nesta cidade, com a seguinte

Ordem do dia

a) Aumento do capital social;
b) Alteração dos estatutos;
c) Assuntos diversos.
Maíra, 26 de janeiro de 1955.
Ernesto Wassmansdorff, diretor-presidente.

Edemar Evers, diretor-gerente.
(3-1) (399)

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Portaria de 1º de fevereiro de 1955

O DIRETOR-GERAL RESOLVE

Designar:

O Engenheiro Classe C, Adair Marcolli, para Chefiar a 10ª Residência do Departamento de Estradas de Rodagem (Rio do Sul).

Portarias de 2 de fevereiro de 1955

O DIRETOR-GERAL RESOLVE

Designar:

O Engenheiro Classe C, Humbert Machado, para Chefiar interinamente a 1ª Residência do Departamento de Estradas de Rodagem com sede em Joinville.

Repreender:

O Feitor Luiz Gamba, por negligência no cumprimento de seus deveres, de acordo com o parecer da Comissão de Inquérito Administrativo, referente ao trabalhador Lindolfo Manoel Coelho.

O Feitor Alcides Gonçalves de Lins, por negligência no cumprimento de seus deveres, de acordo com o parecer da Comissão do Inquérito Administrativo, referente ao trabalhador Lindolfo Manoel Coelho.

O Fiscal de Estradas, sr. Paulino Mello, da 9ª Residência do D.E.R., de acordo com o disposto no art. 277, título II, capítulo V, do Decreto-lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954, de acordo com o parecer da Comissão de Inquérito Administrativo referente ao trabalhador Lindolfo Manoel Coelho.

Suspender:

Por 30 dias o trabalhador Lindolfo Manoel Coelho, da 9ª Residência do D.E.R., tendo em vista o que ficou apurado no inquérito Administrativo a que foi submetido.

Designar:

O Engenheiro Classe C, José Leão Dutra, para Chefiar interinamente, a Residência do Departamento de Estradas de Rodagem, com sede em São Joaquim.

AGRICULTURA

Portaria de 3 de fevereiro de 1955

O SECRETÁRIO RESOLVE

Conceder licença:

A Nemesio Silva, extranumerário, referência IX, lotado na Diretoria da Produção Animal, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a vista do exame médico a que foi submetido e a partir de 2 de dezembro p. passado.

SEGURANÇA PÚBLICA

Portaria de 1º de fevereiro de 1955

O SECRETÁRIO RESOLVE

Incluir:

Na escala aprovada pela portaria n. 50, de 20-12-54, o rádio-telegrafista da Polícia Militar, servindo nesta Secretaria, Sargento Carlos Vieira, marcando suas férias para o corrente mês de fevereiro.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Rua Jerônimo Coelho, n. 15 — Cx. Postal 138

Fones — 3079 — Diretor
2688 — Expediente

Diretor Interino

Dr. PAULO HENRIQUE BLASI

"DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO"

ASSINATURAS

Repartições e Particulares

Funcionários

CAPITAL E INTERIOR

CAPITAL E INTERIOR

| | | | |
|----------------|-------------|---------------|------------|
| Semestre | Cr\$ 60,00 | Semestre | Cr\$ 50,00 |
| Ano | Cr\$ 100,00 | Ano | Cr\$ 80,00 |

A V I S O S

ASSINATURAS:

As assinaturas do "Diário Oficial" poderão ser tomadas em qualquer época, por seis meses ou um ano, mediante pagamento antecipado.

Um mês antes do término da assinatura, afim de evitar solução de continuidade na remessa do jornal, serão expedidos avisos aos senhores assinantes, e, caso até dez dias após o vencimento da mesma, não hajam estes manifestado desejo de renová-la, será aquela sumariamente suspensa.

PUBLICAÇÕES:

Serão aceitos, para publicação, somente originais datilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, as rasuras e emendas que nos mesmos se verificarem.

As publicações apenas serão feitas após haver a Tesouraria da IOE recebido a importância relativa ao custo das mesmas. A fim de evitar atrasos, os quais sempre acarretam prejuízos, pede-se com insistência aos interessados que, tão logo recebam comunicação do preço das publicações, feita sempre por telegrama, providenciem a remessa do numerário correspondente, por vale postal ou cheque bancário.

DEVEDORES ANTIGOS:

Confecções nas oficinas da Imprensa Oficial, bem como publicações no "Diário Oficial", somente serão autorizadas após haver a contabilidade informado a inexistência de débito por parte do interessado. Insiste-se, por conseguinte, sejam os mesmos saldados com a maior brevidade, a fim de evitar futuros embaraços.

RECLAMAÇÕES:

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Secção de Redação, no máximo até cinco dias após a saída do órgão oficial.

SERVIÇO DE CENSURA E DIVERSÕES PÚBLICAS

Portaria n. 18, de 26-1-1955

O chefe do Serviço de Censura e Diversões Públicas, no uso das suas atribuições, torna público que:

1º — toda e qualquer apresentação de prêmios, grupos, cordões, ranchos e estandartes carnavalescos, propaganda e anúncios feitos em carros alegóricos, etc., depende de censura prévia, que será requerida com a antecedência mínima de dois dias, acompanhado os desenhos e figurinos respectivos;

2º — só será concedida autorização aos blocos, cordões, ranchos e outros agrupamentos carnavalescos, quando, por eles, houver, pelo menos, uma pessoa responsável de comprovada idoneidade moral;

3º — quando na rua, toda a pessoa ou grupo de pessoas que pretender usar meia máscara ou máscara inteira, deverá identificar-se, antecipadamente, no Serviço de Censura ou na Delegacia Regional de Polícia, e à Diretoria do Clube, quando dentro do Clube;

4º — é proibido o uso de máscara inteira ou meia máscara em "cabarets", "dancings", bailes e salões para bailes públicos;

5º — bailes públicos só poderão realizar-se depois de devidamente licenciados por este Serviço;

6º — bailes carnavalescos ou não, públicos ou em sociedades, só poderão realizar-se depois de pagos os Direitos Autorais e aprovados os respectivos programas por este Serviço de Censura e Diversões Públicas;

7º — no interior do Estado, os senhores Delegados de Polícia darão cumprimento aos dispositivos desta portaria;

8º — a inobservância das determinações acima sujeitarão os infratores as penalidades previstas no regulamento do Serviço de Censura e Diversões Públicas, aprovado pelo decreto n. 16, de 2 de abril de 1952.

Maiores esclarecimentos serão prestados aos interessados, no horário das 14 às 17 horas, diariamente.

Cumpra-se e publique-se no D. O. do Estado.

Florianópolis, 26 de janeiro de 1955.
Enio Callado Flores, chefe do S.C.D.P.
(625)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Edital n. 1

Faço público, para conhecimento dos interessados e em obediência às instruções baixadas pelo Tribunal de Justiça, em sessão plena realizada a 16 de novembro de 1953 e publicadas no "Diário Oficial" de 12 de dezembro do mesmo ano, que se acha aberta, nesta secretaria, pelo prazo de 45 dias, a partir de 1ª publicação deste no "Diário Oficial", a inscrição de candidatos ao concurso para provimento de nove (9) comarcas vagas.

I — Versarão as provas escrita e oral sobre as seguintes teses:

Direito civil: 1) Da posse. Da propriedade em geral e sua aquisição. Dos direitos de vizinhança, do usufruto. 2) Dos modos de extinção dos direitos de crédito: pagamento, confusão, novação, compensação e transação. Da decadência e prescrição. Da condição resolutive e termo extintivo. 3) Da sucessão legítima. Das formas ordinárias do testamento. Do inventário e partilha e nulidade desta.

Direito Penal: 1) Da culpabilidade: dolo e culpa. Erro. 2) Da exclusão da criminalidade: estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever. 3) Da responsabilidade: doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Imaturidade. Emoção e paixão. Embriaguês. 4) Das penas principais e acessórias. Apelação da pena: sua fixação nas penas privativas de liberdade, multa e pena acessória. Da suspensão condicional da pena. 5) Das medidas de segurança, em geral e em espécie. 6) Dos crimes contra a pessoa: homicídio e lesões corporais. 7) Dos crimes contra o patrimônio: furto, apropriação indébita e estelionato. 8) Dos crimes contra os costumes: estupro, sedução e corrupção de menores. 9) Dos crimes contra a administração pública: peculato, prevaricação, violência arbitrária e resistência. 10) Das contravenções penais: porte de arma, vias de fato e embriaguês.

Direito Comercial: 1) Registro de comércio. 2) Sujeito de comércio. 3) Sociedades comerciais, exceto as anônimas. 4) Nota promissória. Duplicata. 5) Contrato de compra e venda. 6) Contrato de transporte. 7) Caracterização da falência. 8) Sujeito ativo e sujeito passivo da falência. 9) Declaração judicial da falência. 10) Administração da falência: arrecadação, declaração e verificação de créditos. 11) Efeitos jurídicos da falência. 12) Concordata preventiva e concordata suspensiva. 13) Avarias.

Direito Constitucional: 1) Forma de governo: federação, república. 2) Divisão dos poderes: funções legislativas, executivas e judiciárias. 3) Das leis ordinárias: sua iniciativa e elaboração. 4) Das leis ordinárias: veto, sanção e promulgação. Dos decretos-leis. 5) Do Presidente da República: eleição, atribuições e prerrogativas. 6) Do Poder Legislativo: as duas câmaras. 7) Do Poder Judiciário: seus órgãos. 8) Justiça Eleitoral. 9) Justiça Estadual — Código de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul. 10) Nacionalidade. Os que são brasileiros. Perda da nacionalidade.

Direito Administrativo: 1) As pessoas administrativas: União, Estados, Municípios e entidades autárquicas. 2) Os bens em relação à administração pública: divisão dos bens, regime administrativo. b) os serviços públicos; conceito e caracteres. c) Os atos administrativos: conceito, classificação. Revogação e suspensão. Atos administrativos dos Poderes Legislativos e Judiciário. 3) Desapropriação: natureza jurídica, fundamento. Formas de execução. 4) Trabalho humano no Direito Administrativo: modalidades. Funcionário público; conceito. Direitos, garantias e deveres. Serventário de Justiça. 5) Empresas públicas. Concessão de serviços públicos; natureza jurídica. Relações entre a pessoa administrativa e o concessionário. Fim da concessão. Obras públicas; contrato. 6) a) Formas processuais especificamente estabelecidas para as pessoas administrativas, perante o Poder Judiciário. b) Remédios judiciais contra atos

das pessoas administrativas. c) Responsabilidade civil do poder público.

Direito do Trabalho: 1) Relação de trabalho e contrato de trabalho. Elementos e caracteres. Formação do contrato de trabalho; requisitos. Capacidade das partes. Orma e prova do contrato de trabalho. 2) Efeitos do contrato de trabalho. Obrigações dos empregados; prestação do trabalho. Obrigações dos empregadores; salário. Fixação do salário; modos, limitações legais de fixação, salário mínimo, igualdade de salário. Proteção legal do salário em face do empregador, contra os credores deste, em face do empregado e contra os credores deste. 3) Acidente do trabalho. Fundamento da responsabilidade por acidente. Conceito legal de acidente. Força maior, caso fortuito, dolo e culpa. Sujeitos da relação jurídica, em matéria de acidente do trabalho. Montante da indenização de acidente do trabalho. Pagamento; forma, época, garantias, efeitos, processo. 4) Extinção do contrato de trabalho. Causa especial relativa ao contrato por prazo determinado. Causa especial relativa ao contrato por prazo indeterminado; restrições legais. Aviso prévio e indenização de despedida. Estabilidade no emprego. Causas extintivas comuns aos contratos por prazo determinado e por prazo indeterminado: justa causa e força maior. 5) Dissídios do trabalho. Justiça do Trabalho; organização vigente jurisdição e competência. Competência dos juizes de direito. Processo judiciário do trabalho; princípios gerais. Modalidades do processo. Execução das decisões e recursos.

Processo Civil: 1) Da prova em geral. Das testemunhas, da perícia, do depoimento pessoal e da confissão. 2) Do processo ordinário, das ações comina-tórias e das ações possessórias. 3) Dos processos acessórios: arresto, sequestro, exibição, vistoria e prestação de alimentos provisionais. Das vendas judiciais. 4) Da execução. Da liquidação de sentença. Da penhora, arrematação, adjudicação e remissão. Da execução das obrigações de fazer e não fazer.

Processo Penal: 1) Ação penal. 2) Competência. 3) Prova: corpo de delito testemunhas, indícios. 4) Prisão preventiva. Flagrante. 5) Processo comum de julgamento do juiz singular. 6) Processo do Juri. 7) Nulidades. 8) Apelação e recurso em sentido estrito. 9) Habeas-corpus. 10) Concessão de medidas de segurança.

II — A inscrição far-se-á, mediante requerimento ao presidente, do qual constarão o nome e nacionalidade, data e lugar do nascimento, filiação estadual civil profissões atual e anteriores, lugar ou lugares onde exerceu a judicatura, a advocacia, o Ministério Público ou qualquer outra função pública.

III — O requerimento deve ser instruído: a) com certidão verbo ad verbum do assento de nascimento do candidato, comprobatória da idade mínima de vinte e cinco anos e máxima de quarenta e cinco anos; b) diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais, devidamente registrado; c) folha corrida fornecida pelas autoridades das comarcas onde houver residido no último quinquênio; d) quitação das obrigações militares; e) prova de que é eleitor; f) prova de conclusão de curso jurídico a mais de dois anos; g) prova de achar-se no gozo de sanidade física e mental, mediante inspeção médica oficial, em serviço para esse fim instituído no Estado, para a qual a Secretaria expedirá guia à direção dos Serviços de Biometria Médica do D.E.S.

IV — Será facultado aos candidatos a apresentação de outros documentos e trabalhos que atestem a sua aptidão moral ou intelectual para o exercício da magistratura.

V — A inscrição poderá ser feita por procurador devidamente habilitado, estando sujeita ao pagamento do selo estadual de vinte cruzeiros e mais o adicional de 10% de eletrificação.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Porto Alegre, onze de janeiro de 1955.

J. A. do Rêgo Barros, diretor-geral.

(3—2) (601)

MUTUA CATARINENSE DE SEGUROS GERAIS

Assembleia geral ordinária

PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

São convidados os associados desta sociedade para se reunirem em assembleia geral ordinária, na sede social, na rua Floriano Peixoto, n. 18, 1º andar, nesta cidade, no dia 15 de março do corrente ano, às 15 horas, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos:

1º — Discussão e aprovação do relatório da diretoria, balanço geral, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, referentes ao exercício financeiro de 1954;

2º — Eleição dos membros efetivos e suplentes do conselho fiscal para o exercício de 1955;

3º — Assuntos diversos de interesse social.

Nota: Encontram-se à disposição dos senhores associados, na sede da sociedade, na rua Floriano Peixoto, n. 18, 1º andar, nesta cidade, os documentos a que se refere o artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Blumenau, 4 de fevereiro de 1955.

Adolfo Schmalz, diretor.

Adolfo Wollstein, diretor.

Egon Freitag, diretor.

(3—3) (378)

CERAMICA URUSSANGA S. A. — INDUSTRIA E COMERCIO

Convocação

Convoco os srs. acionistas desta sociedade, a comparecerem à assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 19 de março de 1955, às 9 horas, no escritório desta sociedade, em Urussanga, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Apresentação e discussão do relatório, balanço e contas da diretoria e parecer do conselho fiscal, relativos ao exercício de 1954;

2º — Eleição da diretoria para o período de 1955-1957 e fixação de seus honorários;

3º — Eleição do conselho fiscal para o período de 1955-1956 e fixação de seus honorários;

4º — Outros assuntos de interesse social.

AVISO

Levamos ao conhecimento dos nossos acionistas que se acham à disposição dos mesmos, no Escritório desta sociedade, à Avenida Presidente Vargas, em Urussanga, os documentos a que se refere o artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Urussanga, 13 de fevereiro de 1955.

Dionísio Pilotto, diretor-presidente.

(3—3) (379)

EXPORTADORA CATARINENSE DE FUMOS S. A. — COMERCIO, INDUSTRIA E AGRICULTURA

Assembleia geral ordinária

Pelo presente, ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade, para comparecerem à assembleia geral ordinária, que se realizará no dia 28 de março de 1955, às 8 horas, no escritório da sociedade, à Avenida Getúlio Vargas, s/n., para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Discussão e aprovação do balanço e conta de lucros e perdas, relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal, referente ao exercício de 1954.

2º — Eleição dos membros efetivos e suplentes do conselho fiscal para o exercício de 1955.

3º — Assuntos diversos de interesse social.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, à Avenida Getúlio Vargas, s/n., os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Timbó, 25 de janeiro de 1955.

Júlio Jacobsen, diretor-presidente.

(3—3) (372)

COOPERATIVA DOS FERROVIARIOS CATARINENSES LTDA.

Assembleia geral extraordinária

Edital de 1ª, 2ª e 3ª convocações

A diretoria de Economia e Assistência ao Cooperativismo do Estado de Santa Catarina, tendo em vista a comunicação que lhe foi feita pelo sr. presidente e conselheiros da Sociedade Cooperativa dos Ferroviários Catarinenses, de Responsabilidade Limitada, e de acordo com o art. 4º e seus parágrafos 1º e 2º do regulamento para fiscalização das Sociedades Cooperativas, baixado com o Decreto Federal n. 6.990, de 19 de março de 1941, convida os senhores associados daquela Cooperativa de Consumo a se reunirem em assembleia geral extraordinária, no dia 13 de fevereiro, às 9 horas, em 1ª convocação na sede da Cooperativa, na cidade de Mafra, a fim de deliberarem sobre a seguinte:

Ordem do dia

1º — Conhecer da renúncia coletiva dos conselhos de administração e fiscal;

2º — exame discussão e julgamento do balanço geral e respectivas contas, e atos gestivos dos administradores demissionários;

3º — recomposição dos órgãos de administração e fiscal.

Outrossim, comunica aos senhores associados que a referida assembleia funcionará com a presença de dois terços do número total de associados. Não havendo número legal, à hora marcada, deverá realizar-se, a assembleia, em 2ª convocação, meia hora mais tarde, com a presença de metade e mais um do número de associados;

em 3ª, e última convocação, meia hora depois da 2ª, com qualquer número de associados presentes.

Diretoria de Economia e Assistência ao Cooperativismo, aos 5 de fevereiro de 1955.

Jáime A. Ramos, diretor. (679)

INDUSTRIA DE LINHAS LEOPOLDO SCHMALZ S. A.

Assembleia geral ordinária

Pelo presente, são convidados os senhores acionistas da Indústria de Linhas Leopoldo Schmalz S. A., a comparecerem à assembleia geral ordinária, a se realizar em 12 de abril de 1955, pelas 10 horas, na sede social, à rua Dr. Nerêu Ramos, 360, e a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Aprovação do balanço e demais documentos referentes ao exercício de 1954.

2º — Eleição do conselho fiscal.

3º — Assuntos de interesse social.

Gaspar, 1º de fevereiro de 1955.

Leopoldo Schmalz, diretor.

(3—3) (368)

INDUSTRIAS DE MADEIRAS MAFRA S. A.

Assembleia geral ordinária

Edital

Pelo presente edital, ficam os senhores acionistas, convocados para a assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 26 de fevereiro do corrente ano, às 14 horas, na sede social desta firma, à rua Marechal Deodoro da Fonseca, n. 154, nesta cidade de Mafra, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

I — Aprovação do balanço geral.

II — Eleição do conselho fiscal e seus suplentes.

III — Assuntos de interesse da sociedade.

Mafra, 26 de janeiro de 1955.

Ernesto Wassmansdorff, diretor-presidente.

Edemar Evers, diretor-gerente.

(3—3) (370)

CERÂMICA URUSSANGA S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:
Em observância às disposições legais e estatutárias, é-nos grato apresentar a vossa esclarecida atenção, o balanço geral e demonstração de lucros e perdas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1954, acompanhados do parecer do conselho fiscal.

Os dados constantes desta prestação de contas, especificam a situação financeira da sociedade.

A disposição dos srs. acionistas, encontram-se os documentos referentes ao exercício encerrado, estando a diretoria pronta para dar qualquer esclarecimento que lhe solicitarem.

Urussanga, 31 de dezembro de 1954.

Dionísio Pilotto, diretor-presidente.

BALANÇO GERAL, ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1954

| ATIVO | | | |
|---|---------------------|--------------------------|--|
| Imobilizado | | | |
| Terrenos e edificações Matadouro | 259.738,70 | | |
| Construção de edifícios | 1.909.566,60 | | |
| Móveis & utensílios | 81.020,20 | | |
| Veículos | 38.840,00 | | |
| Ferramentas, materiais p. oficina | 163.994,50 | | |
| Máquinas e equipamentos | 1.001.034,70 | | |
| Represa e canalização de água | 22.160,50 | | |
| Instalações elétricas | 134.286,00 | 3.610.641,20 | |
| Realizável | | | |
| Matéria prima: | | | |
| Caolin | 1.264,00 | | |
| Barro branco | 43.785,00 | | |
| Talco | 15.000,00 | 60.049,00 | |
| Capital a realizar | 449.600,00 | | |
| Contas correntes | 281.334,60 | 790.983,60 | |
| Disponível | | | |
| Caixa | 6.087,40 | | |
| Banco INCO — Conta disposição | 475.089,20 | 481.176,60 | |
| Resultados pendentes | | | |
| Lucros e perdas 1953 | 123.440,40 | | |
| Lucros e perdas 1954 | 131.067,40 | 254.507,80 | |
| Compensação | | | |
| Ações caucionadas | 60.000,00 | | |
| | | Cr\$ 5.197.309,20 | |

PASSIVO

| | |
|---------------------------|--------------------------|
| Exigível | 37.309,20 |
| Contas correntes | |
| Inexigível | 5.100.000,00 |
| Capital | |
| Compensação | 60.000,00 |
| Caução da diretoria | |
| | Cr\$ 5.197.309,20 |

Urussanga, 31 de dezembro de 1954.

Dionísio Pilotto, diretor-presidente.

José Virgolino dos Santos, contador, CRCSC, 0186.

DEMONSTRAÇÃO DE LÚCROS & PERDAS, REFERENTE AO BALANÇO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1954

| DÉBITO | |
|--|------------------------|
| Despesas gerais | 7.778,90 |
| Ordenados e salários gerais | 24.900,00 |
| Reparos e manutenção de veículos | 3.118,00 |
| Pesquisas e extração de caolin | 21.156,40 |
| Aluguéis | 14.800,00 |
| Publicações oficiais | 1.910,00 |
| Selos federais de recibo | 4.600,00 |
| Imposto de veículos | 1.231,00 |
| Anúncios e propaganda | 125,00 |
| Previdência e assistência social | 1.375,00 |
| Agios e despesas bancárias | 7.645,50 |
| Despesas de viagem | 73.959,50 |
| Telegramas, telefônica e F. Postal | 1.886,50 |
| Material de expediente | 9.780,00 |
| | Cr\$ 174.265,80 |

CRÉDITO

| | |
|----------------------------|------------------------|
| Juros bancários | 43.168,20 |
| Juros e descontos | 30,20 |
| Lucros & perdas 1954 | 131.067,40 |
| | Cr\$ 174.265,80 |

Urussanga, 31 de dezembro de 1954.

Dionísio Pilotto, diretor-presidente.

José Virgolino dos Santos, contador, CRCSC, 0186.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da Cerâmica Urussanga S. A. Indústria e Comércio, desincumbindo-se de sua tarefa legal, tendo examinado minuciosamente o balanço, demonstração de lucros & perdas, inventário e contas que foram apresentadas, bem como a escrita da sociedade, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1954, recomenda a sua aprovação, em virtude de haver encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Urussanga, 31 de dezembro de 1954.

Adelino Bettiol

Manoel Nicolazzi

Lordi Damiani

Armando Aurélio Ferraro

Francisco Cesca

(380)

INDÚSTRIA DE LINHAS LEOPOLDO SCHMALZ S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar e submeter a vossa apreciação, o balanço geral, encerrado em 31 de dezembro de 1954, bem como a demonstração da conta lucros e perdas, e o parecer do conselho fiscal.

Quanto a detalhes, julgamo-los desnecessários, visto os próprios documentos que com este publicamos, demonstrarem claramente a situação econômico-financeira da sociedade, entretanto permanecemos ao inteiro dispor dos srs. acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos desejados.

Gaspar, 1º de fevereiro de 1955.

Leopoldo Schmalz, diretor.

Júlio Schramm, diretor.

Willy Schossland, diretor.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO E PASSIVO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1954

ATIVO

| | | | |
|---|--------------|---------------------------|--|
| Imobilizado e estável | | | |
| Bens imóveis | 1.956.020,20 | | |
| Bens móveis | 137.548,20 | | |
| Máquinas e instalações | 3.847.257,40 | | |
| Veículos | 86.270,00 | 6.027.095,80 | |
| Disponível | | | |
| Caixa | 56.974,20 | | |
| Bancos | 157.300,00 | 214.274,20 | |
| Realizável | | | |
| Produtos | 1.033.930,90 | | |
| Matérias primas | 881.679,10 | | |
| Corantes e drogas | 855.189,90 | | |
| Aviamentos | 568.476,70 | | |
| Materiais | 74.903,80 | | |
| Ações de companhias | 30.000,00 | | |
| Del. Fisc. de Tes. Nac. em Santa Catarina | 10.080,00 | | |
| Empréstimo compulsório (Dec. 1.474) | 117.375,40 | | |
| Depósito compulsório (Petrobrás) | 2.000,00 | | |
| Dupl. a receber em carteira | 185.981,40 | | |
| Dupl. a receber em caução | 3.306.745,40 | | |
| Dupl. a receber em cobrança | 964.640,40 | | |
| Devedores diversos | 779.644,00 | 8.810.647,00 | |
| Compensação | | | |
| Ações em caução | 30.000,00 | | |
| | | Cr\$ 15.082.017,00 | |

PASSIVO

| | | | |
|---------------------------|--------------|---------------------------|--|
| Não exigível | | | |
| Capital | 4.800.000,00 | | |
| Reservas | 4.700.367,30 | 9.570.367,30 | |
| Exigível | | | |
| Bancos | 868.176,90 | | |
| Duplicatas a pagar | 307.263,60 | | |
| Credores diversos | 750.045,50 | | |
| Credores especiais | 1.337.615,60 | | |
| Outras contas | 2.218.548,10 | 5.481.649,70 | |
| Compensação | | | |
| Caução da diretoria | 30.000,00 | | |
| | | Cr\$ 15.082.017,00 | |

Gaspar, 31 de dezembro de 1954.

Leopoldo Schmalz, diretor.

Júlio Schramm, diretor.

Willy Schossland, diretor.

Norberto W. Schossland, guarda-livros, CRC —

n. 0828.

DEMONSTRAÇÃO DE LÚCROS E PERDAS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1954

| CRÉDITO | |
|-----------------------|--------------|
| Produtos | 8.961.283,20 |
| Rendas diversas | 87.492,60 |
| | 9.048.775,80 |
| DÉBITO | |
| Gastos | 5.514.249,00 |
| Fundos | 1.443.418,70 |
| Diversos | 2.091.108,10 |
| | 9.048.775,80 |

Gaspar, 31 de dezembro de 1954.

Leopoldo Schmalz, diretor.

Júlio Schramm, diretor.

Willy Schossland, diretor.

Norberto W. Schossland, guarda-livros, CRC —

n. 0828.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da Indústria de Linhas Leopoldo Schmalz S. A., por seus membros abaixo-assinados, tendo examinado detidamente o balanço, demonstração de lucros e perdas, relatório da diretoria e demais documentos referentes ao exercício de 1954, depois de constatarem a mais perfeita ordem e exatidão em tudo que lhes foi dado a examinar, são de parecer que os referidos documentos devem ser aprovados pela assembleia geral ordinária, a ser oportunamente convocada, e bem assim, merecem plena aprovação todos os atos praticados pela diretoria, relativos ao exercício de 1954.

Gaspar, 1º de fevereiro de 1955.

Luiz Franzoi

Bidal Pamplona

Egon Olinger

(369)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO DO SUL

Edital de citação

O doutor Eduardo Domingos da Silva, juiz de direito da comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de trinta (30) dias virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por parte de Eneidino Nunes, por intermédio de seu procurador, dr. Pedro Cavalcanti d'Albuquerque, lhe foi dirigida a petição cujo teor é o seguinte: "Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca: — O fato. Eneidino Nunes, brasileiro, casado, músico, domiciliado e residente à rua do Inhamê s. n., nesta cidade, por seu bastante procurador, infra assinado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção deste Estado, com escritório à rua Carlos Gomes, s. n., nesta cidade, vem, de acordo com o art. 317, n. IV, do Código Civil, propor a presente ação ordinária de desquite contra a sua mulher dona Avany Nunes, brasileira, de afazeres domésticas, pelos motivos que passa a expor: I — Que se casou o peticionário com a Ré em 5 de junho de 1946, perante o Juízo de Casamento da vizinha cidade de Blumenau, conforme faz certo a inclusa certidão de casamento; II — Que após o casamento, passaram a residir à rua do Inhamê, s. n., nesta cidade; III — Que desta união não existem filhos, nem o casal possui bens; IV — Que mais ou menos em janeiro de 1947, a Ré, sem motivo justo ou plausível, abandonou o lar conjugal, indo residir em lugar incerto e não sabido, e ao peticionário, apesar de todos os esforços empregados, jamais lhe foi possível indagar ou saber do domicílio de sua mulher, ausente, vai para nove (9) anos. b — O direito. Não havendo motivo nenhum que justifique o abandono, isso basta para ser decretado o desquite (F. dos Santos, o Desquite, pág. 130). O abandono voluntário do domicílio conjugal e prolongado por dois anos contínuos constitui infração dos deveres conjugais, especialmente dos referentes à co-habitação assistência (Dr. Cliv. Italiano, v. 7). O Código Civil, consagrando esses princípios, reconhece motivo determinante do desquite o abandono voluntário do lar conjugal, durante dois anos contínuos (art. 317, n. IV). Esse motivo pressupõe a um tempo o ânimo de não voltar ao domicílio conjugal e a ausência de uma justa causa para assim proceder. (Arq. Jud., v. III, pág. 358). O caso figurado, pois, é de desquite. Ao desquite litigioso, porém, antecede a fase preliminar, estabelecida pela Lei n. 968, de 10 de dezembro de 1949, a qual objetiva a conciliação dos cônjuges. Havidas as partes por não conciliadas, o juiz empregará todos os meios suassórios no sentido de uma desquite amigável. Não o conseguindo, mandará prosseguir na causa. c — Provas. 1º — Quo, para positivar o que ora alega, o peticionário, no decorrer do processo, apresentará testemunhas que afirmarão os fatos narrados, assim como, si necessário, juntará documentos. 2º — Que, entre as testemunhas apresentará: José Farias, casado, sapateiro, brasileiro, residente no Bairro Canoas, subúrbio desta cidade; Leopoldo Salvador, casado, brasileiro, pintor, residente à rua Ruy Barbosa, s. n., nesta cidade; Dalmir de Souza, solteiro, brasileiro, maior, músico, residente à Avenida Aristiliano Ramos, nesta cidade. 4 — Requerimento. "Initio Litis", requer a v. excia. as providências da Lei n. 968, de 10 de dezembro de 1949. Não havendo conciliação, nem desquite amigável, se proceda ao desquite judicial, e 1º — que, assim, deve a Ré ser condenada como cônjuge culpado (art. 317, n. IV, do Código Civil), à perda do nome do peticionário (art. 324 do referido Código) e demais pronunciações de direito; 2º — que, nos termos do art. 673 do Código de Processo Civil, não há necessidade de separação de corpos, por já se acharem separados os cônjuges; "Se os cônjuges estão de fato separados, nada justifica o alvará de separação de corpos, que constituiria superfluidade,

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL

Edital

O doutor Heródoto Pereira Guimarães, juiz de direito da comarca de São Bento do Sul, na forma da lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de trinta (30) dias, ou dele conhecimento tiverem que, por parte de Luiz Schroeder, me foi dirigida a petição que segue: Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de São Bento do Sul. Diz Luiz Schroeder, brasileiro, casado, lavrador residente e domiciliado no lugar denominado Lençol, município de São Bento do Sul, por seu bastante procurador o advogado que a presente subscreve, o seguinte: que há mais de trinta anos, sem interrupção ou opo-

perda de tempo, despeza desnecessária, repetição inútil daquilo que já ocorreu, daquilo que é coisa consumada. Uma vez que os cônjuges vivem sob tetos diferentes, cessa inteiramente a razão de ser o art. 223 do Código Civil. O objetivo da Lei foi colimado. As desavenças entre os esposos não se dão. O constrangimento se não verifica" (Agr. n. 191, 3ª Câmara do Trib. de Ap. do Rio de Janeiro, de 10-3-41, Relator — Ivanir Nogueira Itagiba). Nestas condições, na conformidade dos artigos 316, 317, n. IV, 322 e 324 do Código Civil, o peticionário vem requerer a v. excia. se digne ordenar a citação de Avany Nunes, para responder aos termos da presente ação ordinária de desquite, pelos motivos aduzidos, publicando-se os editais da Lei (art. 178, III, do C. P. Civil), uma vez no "Diário Oficial do Estado" e duas em um dos semanários que se editam nesta cidade, com o prazo que v. excia. determinar (art. 178, IV, do Cód. citado), afim de, afinal, ser decretado o mesmo desquite e a Ré condenada nas custas e demais pronunciações de direito, tudo na forma da Lei, e à sua revelia, com a audiência do dr. Promotor Público da comarca. Presta, outrossim, o peticionário, para a citação da Ré por editais a competente afirmação do art. 178, n. I e do art. 177, n. I, ambos do citado Código de Processo Civil. Dá-se à presente, para os efeitos fiscais, o valor de Cr\$ 200,00; protestando-se ainda, caso compareça a Ré e se torne necessário, pelo seu depoimento pessoal sob pena de confesso, bem como por todo o gênero de prova em direito admitida, inclusive pelo depoimento das testemunhas já mencionadas e de outras, cujo rol será em tempo oportuno depositado em cartório. D. e A. esta com os inclusos documentos de que se oferecem as cópias exigidas pelo art. 14 do citado Código. P. deferimento. Sobre estampilhas no valor de Cr\$ 8,50, inclusive Taxa de Saúde, devidamente inutilizadas, lha-se o seguinte: Rio do Sul, 6 de dezembro de 1954. P. p. (ass.) Pedro Cavalcanti d'Albuquerque". Despacho: Vistos, expeça-se edital na forma do pedido de fls. 2, com as cautelas legais, publicando-se na imprensa local e no "Diário Oficial do Estado", no prazo de 30 dias. Reformo meu despacho de fls. 8, tornando-o sem efeito. Intime-se o requerente para depositar o quantum suficiente para as despesas de publicação. Rio do Sul, 17 de janeiro de 1955. (ass.) Eduardo D. Silva, juiz de direito. Em virtude do deferimento, foi expedido o presente edital, com o prazo de 30 dias, pelo qual fica citada Avany Nunes para no prazo de dez dias após o decurso do prazo concedido contados da data da primeira publicação do presente edital no "Diário Oficial do Estado" contestar a presente ação ordinária de desquite, sob pena de confesso e intimada até final. Dado e passado nesta cidade de Rio do Sul, em meu cartório, aos dezanove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco. Eu, Curt Skowasch, escrevente juramentado, o dactilografe e subscrevi. Rio do Sul, 19 de janeiro de 1955. Eduardo Domingos da Silva, juiz de direito. (3—3) (299)

sição de quem quer que seja, está na posse mansa e pacífica de uma área de terras situada no lugar denominado Lençol neste município com, aproximadamente, trinta e um mil quinhentos e setenta e cinco (31.575) metros quadrados; que o terreno acima apontado, é cortado pela estrada Paraná e tem as seguintes confrontações: confronta-se de um lado com terras do requerente; de outro, com terras de Francisco Stiegler e de Romão Scharmach; de outro, com terras de Francisco Kribel e do requerente e, finalmente, de outro lado, com terras de Romão Scharmach; que o referido suplicante, embora esteja, há mais de trinta (30) anos, na posse, mansa e pacífica do imóvel em questão, por si e seus antecessores, sem interrupção ou oposição, de qualquer cidadão; não possui, nem tem título de posse e domínio razão quer, perante v. excia., e, com fundamento, no art. 550 do Cód. Civil e segundo o que estabelece o art. e seguintes, do C. P. C., regularizar os seus direitos, sobre o terreno acima apontado, pela ação de usucapião. Dado o exposto, requer a v. excia. de conformidade com o art. 455 e seguintes do C. P. C., se proceda à justificação (initio litis), em dia e hora designados por v. excia., com ciência do Representante do Ministério Público, ocasião em que deverão ser ouvidas as testemunhas abaixo arroladas e uma vez, preenchida essa formalidade legal e julgada, proceda-se a citação dos confrontantes bem como do Órgão do Ministério Público e do Serviço do Patrimônio da União, por seu Representante neste Estado e por edital de trinta dias (30) os interessados incertos e não sabido, para contestarem a presente ação, no prazo de dez (10) dias, que se seguirem ao término do prazo dos editais. Processada a ação, pede-se seja ela julgada procedente, para que se reconheça e declare por sentença, o domínio do suplicante, sobre o imóvel apontado, fazendo-se, a devida transcrição, no Registro Imobiliário desta comarca. Protesta-se por todo o gênero de provas admitidas em direito, inclusive depoimento de quaisquer dos confrontantes, sob pena de confesso, testemunhas etc. Dá-se à presente, tão somente para efeitos fiscais, o valor de Cr\$ 2.050,00. Termos em que pede deferimento. Sobre estampilhas estaduais no valor de Cr\$ 3,50. São Bento do Sul, 18 de setembro de 1954. (a.) Zenon Torrens Malschitzky. Test.: Romão Scharmach, Carlos Neppel e Leonardo Scharmach, todos brasileiros, casados e residentes em Lençol. Despacho: A. à conclusão. São Bento do Sul, 18-9-54. (a.) Aderbal Alcântara, juiz substituto, em exercício do cargo de juiz de direito. Sentença: Vistos etc. Julgo, por sentença, a justificação de fls., em que é requerente Luiz Schroeder, para que produza os devidos e legais efeitos. Citem-se pessoalmente para contestar o pedido, o representante do Ministério Público, bem como os interessados certos; cite-se por precatória na Capital do Estado, o Chefe do Serviço do Domínio da União; cite-se por edital, com o prazo de 30 (trinta) dias, os interessados incertos, edital este que deverá ser publicado por três vezes, no "Diário Oficial do Estado". P. R. I. Custas afinal. São Bento do Sul, 14-1-55. (a.) Heródoto Pereira Guimarães, juiz de direito. Dado e passado nesta cidade de São Bento do Sul, aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco. Eu, Ari R. Virmond, escrevi, o dactilografe e subscrevi. (Selos afinal). Heródoto Pereira Guimarães, juiz de direito. Certidão: Certifico que está conforme com o original e dou fé. Data supra. O escrevi: Ari R. Virmond. (3—3) (280)

Edital

O doutor Heródoto Pereira Guimarães, juiz de direito da comarca de São Bento do Sul, na forma da lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 30 (trinta) dias, ou conhecimento dele tiverem que, por parte de Quintiliana Borges Alves,

me foi dirigida a petição que segue: Exmo. sr. dr. juiz de direito, da comarca de São Bento do Sul. Diz, por seu bastante procurador, o advogado que a presente subscreve, Quintiliana Borges Alves, brasileira, viúva doméstica, domiciliada e residente no lugar denominado Saltinho, município de Campo Alegre, nesta comarca, que vem possuindo, há mais de 30 anos, mansa e pacificamente sem interrupção ou oposição, um terreno situado no já mencionado lugar Saltinho, município de Campo Alegre, com a área de 121.000 (cento e vinte e um mil metros quadrados), com as seguintes confrontações: faz frente com a estrada Bateas de Cima e fundos, com terras de Willy Piske; de um lado, divide-se com terras de Martim Sluminski e de Ernesto Tavares e de outro lado com terras do requerente. E como não possui nem tem título de posse e domínio, quer, perante v. excia., regularizar os seus direitos sobre o referido imóvel pela Ação de Usucapião, com fundamento no art. 550 do C. C. e segundo o processo estabelecido no art. 454 e seguintes do C. P. C. É princípio corrente no direito Pátrio, que, aquele que por trinta (30) anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título e boa fé, que, em caso tal, se presume, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença a qual lhe servirá de título, para a transcrição no Registro de Imóveis (C. C. art. 550). Requer, seja, oportunamente, com ciência dos interessados, tomado o depoimento das testemunhas Manoel Alves Neves, Pedro Alves Neves e João Maria Felisberto, os quais comparecerão em Juízo independentemente de intimação. Nestas condições, pede, respeitosamente à v. excia. seja admitida a legitimar a sua posse, de acordo com o art. 550 do C. C. e 454 e seguintes do C. P. C. mandando designar dia e hora, para a justificação prévia, à qual comparecerão as testemunhas acima arroladas. Pede, ainda, que procedida a justificação, sejam citados os interessados incertos e não sabidos, mediante publicação de edital, citando-se, ainda, o sr. dr. Promotor Público, para oficial em todos os termos da causa e, processada a ação, pede seja ela afinal julgada para que se reconheça e declare por sentença, o domínio da suplicante sobre o imóvel usucapido, fazendo-se em seguida, a devida transcrição, no Registro Geral, desta comarca. Protesta-se por todos os gêneros de provas admitidas em direito, inclusive depoimento de quaisquer dos contestantes, sob pena de confesso, documentos, testemunhas, peritagens, etc. Dá-se à presente, tão somente para efeitos fiscais, o valor de Cr\$ 2.100,00. Pede deferimento. Sobre estampilhas estaduais no valor de Cr\$ 3,50, inclusive taxa de saúde, devidamente inutilizadas. São Bento do Sul 30 de outubro de 1954. (a.) Zenon Torrens Malschitzky. Despacho: A. à conclusão. Em 30-10-54. (a.) Aderbal Alcântara, juiz de direito em exercício. Sentença: Vistos, etc. Julgo, por sentença, a justificação requerida por Quintiliana Borges Alves, para que produza os seus devidos e legais efeitos. Citem-se, pessoalmente, para contestar o pedido, o Representante do Ministério Público bem como, os interessados certos; cite-se por precatória, na Capital do Estado, o Chefe do Serviço do Domínio da União; cite-se por edital, com o prazo de 30 (trinta) dias, os interessados incertos edital esse que deverá ser publicado no "Diário Oficial do Estado", por três vezes. P. R. I. Custas afinal. São Bento do Sul, 14-1-55. (a.) Heródoto Pereira Guimarães, juiz de direito. Dado e passado nesta cidade e comarca de São Bento do Sul, aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco. Eu, Ari R. Virmond, escrevi, o dactilografe e subscrevi. Heródoto Pereira Guimarães, juiz de direito. Certidão: Certifico que está conforme com o original por mim afixado no lugar de costume. Dou fé. Data supra. O escrevi: Ari R. Virmond. (3—3) (279)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Acórdão n. 1.949

Vistos, relatados e discutidos estes autos de cancelamento de inscrição de eleitor, por motivo de transferência:

Acordam, em Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, por unanimidade de votos, cancelar, na 51ª Zona (Fijucas), desta Circunscrição, a inscrição, sob n. 6.267, do eleitor João Cypriano Farias, por ter sido o mesmo transferido para a 3ª Zona (Anópolis), da Circunscrição do Estado de Goiás, feita a comunicação ao Juízo de origem da inscrição cancelada, para os devidos fins. Florianópolis, 10 de junho de 1954. (Ass.) Hercílio Medeiros, presidente. José do Patrocínio Gallotti, relator. Abelardo da Silva Gomes, P. R.

Pelo mesmo motivo foram canceladas as seguintes inscrições:

Número do Acórdão — Nome do eleitor — Zona — Juiz Relator

N. 1.950 — Valdemar Momm — 4ª — Odílio Cruz — 13ª — José Avelino de Souza, Victor Morong, Carolina Zimmermann de Souza, Ruth Souza — 14ª — Oscar Lindner — 19ª — dr. Adão Bernardes. N. 1.951 — Vera Maria Bornhausen — 16ª — dr. Adão Bernardes.

N. 1.952 — Reduzino Francisco Antônio — 2ª — Alberto Paulo Pereira — 19ª — Dulce Carvalho Ternes — 31ª — José Bittencourt Candemil — 34ª — dr. Adão Bernardes.

N. 1.953 — João Neves dos Santos — 13ª — dr. Edmundo Accácio Moreira.

N. 1.955 — Pedro Martins, Maria de Lima Martins, Manoel Setubal — 2ª — Francisco Brasinha Dias — 5ª — Djalma Coelho de Souza — 7ª — Cyro Cardoso Rocha — 16ª — Edmundo Accácio Moreira.

N. 1.955 — José Pedro Gonçalves — 16ª — dr. Edmundo Accácio Moreira.

N. 1.956 — Dalila Balxo Tavares — 19ª — dr. Edmundo Accácio Moreira.

N. 1.957 — Teotônio Carvalho da Fonseca, Jorge Antônio Abrão, Simplício Rodrigues Chaves, Maria Emma Tibes Chaves, Agenor de Oliveira Ramos, Laudelino Vidal Lopes, Otacilio Ribeiro dos Santos, Otílio Chaves, Jonas Lalis Nogueira — 6ª — João Maria Alves dos Reis — 7ª — Vicente Ribeiro dos Santos, Domingos Rocha, Francisco dos Santos, Hortêncio Inácio dos Santos — 8ª — Alexandre Lourenço — 15ª — Vitor de Oliveira — 18ª — dr. Milton da Costa.

N. 1.958 — Antônio Carlos Horta de Novas — 3ª — dr. Milton da Costa.

N. 1.959 — Germano Martins da Rocha — 33ª — dr. Milton da Costa.

11 de junho

N. 1.961 — Sívio Alves, Odila Mendes, Domingos Thomaz Bridi, Adeline Carmen Fleck Bridi — 6ª — Felipe Klemann, Alsidio Wentz, Arnaldo Land, Antônio Rodrigues Cordeiro, José Teixeira — 9ª — Gomerindo Sartori, Hilda Bagnolin, Afonso Bagnolin, João Machado, Stefano Stechiuski, Prasedina Cândida Machado — 18ª — Ernesto Ventura Leite, José Rodrigues da Rosa — 21ª — José Idalino Peixer — 31ª — des. Osmundo Nóbrega.

N. 1.962 — Virgílio Laus — 21ª — Gr. José do Patrocínio Gallotti.

N. 1.963 — Eduardo Aréas Horn, Lúcia Franzoni Horn — 8ª — Pedro Machado, Nelson da Silva, Thereza Koppe Silva — 9ª — Carlos José Nolasco — 13ª — Roberto dos Santos — 27ª — dr. Adão Bernardes.

N. 1.964 — Hugo Brust — 35ª — Edmundo Accácio Moreira.

N. 1.965 — Irene Quint Kalbuch — 13ª — Frederico Rutz — 19ª — dr. Milton da Costa.

15 de junho

N. 1.966 — Robélia Souza Corrêa — 19ª — Nilzo Ottelino Baglio — 21ª — des. Hercílio Medeiros.

N. 1.967 — Demétrio Lanski, Dorvalino Engel — 8ª — Osmar Manoel Rosa — 19ª — des. Osmundo Nóbrega.

N. 1.968 — Raulino Longen — 29ª — dr. José do Patrocínio Gallotti.

N. 1.969 — Navelino Fornasa, João For-

nasa, Olinda Cargin, João Cargin, Juvelino Beninca, Luiz Naudi, Cecília Quarezemim Fornasa, Pedro Fernandes de Souza, Juventino Beninca, Valdir Perito, Adulce Simon, Ivo Fornasa, Malvina Marcon de Faveri e Izaura Felipe — 33ª — dr. Adão Bernardes.

N. 1.970 — Abel de Faveri — 1ª — Antônio Paganí, Juventino da Costa, Manoel Vieira, Ary Sérgio Teixeira, Tomaz Henrique — 10ª — José Alfredo de Brim, Olivia Emilia Guerdert — 20ª — Hermilino Maccari — 22ª — Thomé João da Luz, Giuseppe de Lorenzi Cancellier, Alvin Soares e Evi Faniboni — 23ª — dr. Edmundo Accácio Moreira.

N. 1.971 — Oswaldo Leite da Silva — 12ª — Ady Ferraz de Jesus — 22ª — dr. Milton da Costa.

17 de junho

N. Eugênio Cipriano Fagundes, Izolino Cipriano Fagundes — 1ª — João Moretti, Clemenz Kesterling, Didier de Costa, Silvio Comin, Alcides Bento Vieira, Irma Cordele Mafioletti, Savino Mafioletti — 10ª — Olávio S. Cândido — 13ª — Damásio João Cândido, Manoel Floriano da Silva — 20ª — João Manoel Martins, Felicissimo Joaquim Liriano, Saluri Bura-

ti Cancellier e Tibúrcia Joretina da Silva — 23ª — des. Hercílio Medeiros.

N. 1.973 — Armando Antônio Menezes — 6ª — des. Osmundo Nóbrega.

N. 1.974 — Anastácia Kolmann — 2ª — dr. José do Patrocínio Gallotti.

N. 1.975 — João Silveira — 24ª — Eugênia Silva Martins — 32ª — Maria Ribeiro — 33ª — dr. Milton da Costa.

18 de junho

N. 1.976 — Arthur Kertzenдорff — 14ª — dr. Adão Bernardes.

N. 1.977 — Ayres Zacarias da Rosa — 13ª — dr. Edmundo Accácio Moreira.

22 de junho

N. 1.988 — Artur Mariot — 1ª — Olimpio dos Santos Lima Filho — 3ª — Cláudio Lorenzoni — 6ª — Vicente Navaiski, Mariano Kskessk, Luiza Ribeiro Armstrong e Claudionor Armstrong — 8ª — Miguel Cândido Domingos — 13ª — Ari Perski e Sylvio Pedrazza — 19ª — Laércio de Castro — 22ª — Ilda Cesar Moura — 30ª — dr. José do Patrocínio Gallotti.

N. 1.990 — Carlos Maestri — 12ª — Lilly Bernardes — 26ª — dr. Edmundo Accácio Moreira.

24 de junho

N. 1.995 — Pedro Rossi — 3ª — Mario Machado, Narbal Tolentino de Souza, Osni Martins — 13ª — Mauro Antônio Schneider — 19ª — Evaristo Sebastião Vieira — 20ª — José Damásio — 27ª — Mauro Fuck — 29ª — Maria Olimpia Marrezemim Fornasa, Pedro Fernandes de

Acórdão n. 2.521

Vistos, relatados e discutidos estes autos de cancelamento relativos à pluralidade de inscrição de Valmor José Battistotti.

Acordam, em Tribunal Regional, por unanimidade de votos, cancelar, na 3ª Zona (Blumenau) a inscrição n. 16.213, correspondente ao eleitor acima indicado, visto ter inscrito sob outro número.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 2 de dezembro de 1954. (Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, presidente. Osmundo Wanderley da Nóbrega, relator. Abelardo da Silva Gomes, P. R.

Acórdão n. 2.542

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que o dr. juiz eleitoral da 11ª Zona (Curitibanos), remete a este Tribunal quinze (15) títulos que não foram assinados nem procurados pelos respectivos eleitores.

Acordam, em Tribunal Regional a unanimidade, em face da Resolução n. 4.932, de 9 de março do corrente ano, inutilizar os títulos nas referidas condições, por serem irregularmente expedidos, mantendo-se, porém, as inscrições desses eleitores.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 7 de dezembro de 1954. (Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, presidente. Manoel Barbosa de Lacerda, relator. Abelardo da Silva Gomes, Proc. Reg.

Acórdão n. 2.549

Vistos, relatados e discutidos estes autos de cancelamento de inscrição de eleitor, vindos da 11ª Zona (Curitibanos):

Acordam, em Tribunal Regional Eleitoral, por unanimidade de votos, cancelar a inscrição n. 7.487, à vista da prova de o eleitor Alcenor Rocha não haver completado 18 anos por ocasião da expedição de seu título de eleitor, com evidente desrespeito ao disposto no artigo 33, parágrafo 1º, alínea b, do Código Eleitoral, combinado com o artigo 41, alínea 1ª do mesmo Código.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 7 de dezembro de 1954. (Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, presidente. Henrique Stodiek, relator. Abelardo da Silva Gomes, Proc. Reg. (666)

Ata da 1.452ª sessão, em 2 de outubro de 1954

Aos dois (2) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão extraordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, com o secretário, adiante nomeado e assinado.

2. Foi aprovada, sem restrições, a ata da sessão anterior.

3. O expediente constou dos seguintes ofícios e telegramas: dos srs. des. Secretário do Interior e Justiça e des. Corregedor Geral da Justiça, respondendo o ofício do T.R.E. que lhes deu conhecimento de denúncia do delegado do Partido Social Democrático sobre o fato de presos da Penitenciária do Estado se encontrarem em Biquaçu empenhados na campanha eleitoral do diretor daquele estabelecimento penal: em face das providências das referidas autoridades, mandaram arquivar a representação; do sr. des. Secretário da Segurança Pública, comunicando que determinou o afastamento do delegado regional de Polícia de Tuto do delegado regional de Polícia de Tuto da mesma autoridade, solicitando providências para que tenham prioridade para votar os funcionários daquela Secretaria em serviço no dia da eleição. O senhor desembargador Presidente comunicou ao Tribunal que, tendo recebido solicitação dos delegados do Partido Social Democrático e do Partido de Representação Popular em Braço do Norte, se força federal para assegurar a liberdade do pleito naquele município, entrou em entendimentos, pelo telefone, com o dr. juiz eleitoral da 33ª Zona, tendo s. excia. achado conveniente a remessa de força pedida. Em virtude da premência da tempestade, entrara em contato com as autoridades militares e estas ordenaram a ida de um contingente do 14º B.C. O Tribunal, inteirado do assunto, ratificou as providências tomadas pelo sr. des. presidente.

4. De acordo com o voto dos relatores, srs. des. Osmundo Nóbrega e dr. Adão Bernardes, o Tribunal deferiu o registro de variações de nome com que poderão ser votados os candidatos Afonso Guller, Wanderley Júnior, dr. Celso Ramos Branco, Alzirino Waldomiro de Almeida e Flares Figueiredo de Oliveira, na forma do que foi requerido pela União Democrática Nacional.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscrevo.

(Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

Ata da 1.453ª sessão, em 5 de outubro de 1954

Aos cinco (5) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, com o secretário, adiante nomeado e assinado.

2. A ata da última sessão, foi aprovada.

3. O expediente constou dos seguintes telegramas: do sr. des. Huald Santafior Cardoso, comunicando que foi reeleito para a presidência do T.R.E. de Sergipe; do sr. José Marcon, comunicando que assumiu o cargo de prefeito do município de Turvo; do sr. Adolfo Heinz, comunicando ter assumido o cargo de prefeito de Piratuba; do delegado da União Democrática Nacional em Timbó, representando contra procedimento de candidatos a vereadores: resolveram mandar transmitir cópia do telegrama ao dr. juiz eleitoral, para que s. excia. apure as responsabilidades; do dr. juiz eleitoral da 35ª Zona, consultando se devem ser apurados os votos de eleitores do município, tomados em separado responderam afirmativamente; de diversos juizes eleitorais comunicando que o pleito do dia 3 transcorreu sem anormalidades, e informando o número de eleitores que a ele compareceram.

4. Foi submetido a julgamento o seguinte processo: N. 166, classe 7ª. — Pedido de registro do Diretório do Partido de Representação Popular em Criciúma. Relator: dr. José do Patrocínio Gallotti. Deferiram o pedido, unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscrevo.

(Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

Ata da 1.454ª sessão, em 7 de outubro de 1954

Aos sete (7) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, com o secretário, adiante nomeado e assinado.

2. A ata da sessão anterior foi aprovada sem emendas.

3. O expediente constou do seguinte: telegramas — do sr. des. Araújo Soares, comunicando a sua eleição para a presidência do T. R. E. de Alagoas; do sr. des. Nicolau Dino, comunicando que foi eleito vice-presidente do T. R. E. do Maranhão; do dr. juiz eleitoral da 1ª Zona, comunicando que não foi instalada a 14ª seção do município de Sombrio por ter o presidente retirado o selo e aberto a urna, a que os eleitores que compareceram aquela seção não votaram, foram encaminhados a outras seções; do sr. presidente da Junta Eleitoral da 1ª Zona, comunicando que em uma sobrecarta foi encontrado ofício do delegado auxiliar de Polícia de Jaraguá do Sul, com o qual aquela autoridade encaminhava cédulas de candidatos da U.D.N. ao Inspetor de Quarteirão de Rio da Luz, recomendando-lhe que as distribuisse: determinaram ao juiz eleitoral que apure a responsabilidade; do dr. Ricardo Cavalcanti de Albuquerque, protestando pelo fato de o dr. juiz eleitoral da 35ª Zona

relator. Abelardo da Silva Gomes, Proc. Reg.

Por idêntico motivo foram inutilizados 4 títulos na 33ª Zona (Tubarão).

Acórdão n. 2.549

Vistos, relatados e discutidos estes autos de cancelamento de inscrição de eleitor, vindos da 11ª Zona (Curitibanos):

Acordam, em Tribunal Regional Eleitoral, por unanimidade de votos, cancelar a inscrição n. 7.487, à vista da prova de o eleitor Alcenor Rocha não haver completado 18 anos por ocasião da expedição de seu título de eleitor, com evidente desrespeito ao disposto no artigo 33, parágrafo 1º, alínea b, do Código Eleitoral, combinado com o artigo 41, alínea 1ª do mesmo Código.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 7 de dezembro de 1954. (Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, presidente. Henrique Stodiek, relator. Abelardo da Silva Gomes, Proc. Reg. (666)

Ata da 1.452ª sessão, em 2 de outubro de 1954

Aos dois (2) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão extraordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, com o secretário, adiante nomeado e assinado.

2. Foi aprovada, sem restrições, a ata da sessão anterior.

3. O expediente constou dos seguintes ofícios e telegramas: dos srs. des. Secretário do Interior e Justiça e des. Corregedor Geral da Justiça, respondendo o ofício do T.R.E. que lhes deu conhecimento de denúncia do delegado do Partido Social Democrático sobre o fato de presos da Penitenciária do Estado se encontrarem em Biquaçu empenhados na campanha eleitoral do diretor daquele estabelecimento penal: em face das providências das referidas autoridades, mandaram arquivar a representação; do sr. des. Secretário da Segurança Pública, comunicando que determinou o afastamento do delegado regional de Polícia de Tuto do delegado regional de Polícia de Tuto da mesma autoridade, solicitando providências para que tenham prioridade para votar os funcionários daquela Secretaria em serviço no dia da eleição. O senhor desembargador Presidente comunicou ao Tribunal que, tendo recebido solicitação dos delegados do Partido Social Democrático e do Partido de Representação Popular em Braço do Norte, se força federal para assegurar a liberdade do pleito naquele município, entrou em entendimentos, pelo telefone, com o dr. juiz eleitoral da 33ª Zona, tendo s. excia. achado conveniente a remessa de força pedida. Em virtude da tempestade, entrara em contato com as autoridades militares e estas ordenaram a ida de um contingente do 14º B.C. O Tribunal, inteirado do assunto, ratificou as providências tomadas pelo sr. des. presidente.

4. De acordo com o voto dos relatores, srs. des. Osmundo Nóbrega e dr. Adão Bernardes, o Tribunal deferiu o registro de variações de nome com que poderão ser votados os candidatos Afonso Guller, Wanderley Júnior, dr. Celso Ramos Branco, Alzirino Waldomiro de Almeida e Flares Figueiredo de Oliveira, na forma do que foi requerido pela União Democrática Nacional.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscrevo.

(Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

Ata da 1.453ª sessão, em 5 de outubro de 1954

Aos cinco (5) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, com o secretário, adiante nomeado e assinado.

2. A ata da última sessão, foi aprovada.

3. O expediente constou dos seguintes telegramas: do sr. des. Huald Santafior Cardoso, comunicando que foi reeleito para a presidência do T.R.E. de Sergipe; do sr. José Marcon, comunicando que assumiu o cargo de prefeito do município de Turvo; do sr. Adolfo Heinz, comunicando ter assumido o cargo de prefeito de Piratuba; do delegado da União Democrática Nacional em Timbó, representando contra procedimento de candidatos a vereadores: resolveram mandar transmitir cópia do telegrama ao dr. juiz eleitoral, para que s. excia. apure as responsabilidades; do dr. juiz eleitoral da 35ª Zona, consultando se devem ser apurados os votos de eleitores do município, tomados em separado responderam afirmativamente; de diversos juizes eleitorais comunicando que o pleito do dia 3 transcorreu sem anormalidades, e informando o número de eleitores que a ele compareceram.

4. Foi submetido a julgamento o seguinte processo: N. 166, classe 7ª. — Pedido de registro do Diretório do Partido de Representação Popular em Criciúma. Relator: dr. José do Patrocínio Gallotti. Deferiram o pedido, unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscrevo.

(Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

Ata da 1.454ª sessão, em 7 de outubro de 1954

Aos sete (7) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, com o secretário, adiante nomeado e assinado.

2. A ata da sessão anterior foi aprovada sem emendas.

3. O expediente constou do seguinte: telegramas — do sr. des. Araújo Soares, comunicando a sua eleição para a presidência do T. R. E. de Alagoas; do sr. des. Nicolau Dino, comunicando que foi eleito vice-presidente do T. R. E. do Maranhão; do dr. juiz eleitoral da 1ª Zona, comunicando que não foi instalada a 14ª seção do município de Sombrio por ter o presidente retirado o selo e aberto a urna, a que os eleitores que compareceram aquela seção não votaram, foram encaminhados a outras seções; do sr. presidente da Junta Eleitoral da 1ª Zona, comunicando que em uma sobrecarta foi encontrado ofício do delegado auxiliar de Polícia de Jaraguá do Sul, com o qual aquela autoridade encaminhava cédulas de candidatos da U.D.N. ao Inspetor de Quarteirão de Rio da Luz, recomendando-lhe que as distribuisse: determinaram ao juiz eleitoral que apure a responsabilidade; do dr. Ricardo Cavalcanti de Albuquerque, protestando pelo fato de o dr. juiz eleitoral da 35ª Zona

relator. Abelardo da Silva Gomes, Proc. Reg.

Por idêntico motivo foram inutilizados 4 títulos na 33ª Zona (Tubarão).

Acórdão n. 2.549

Vistos, relatados e discutidos estes autos de cancelamento de inscrição de eleitor, vindos da 11ª Zona (Curitibanos):

Acordam, em Tribunal Regional Eleitoral, por unanimidade de votos, cancelar a inscrição n. 7.487, à vista da prova de o eleitor Alcenor Rocha não haver completado 18 anos por ocasião da expedição de seu título de eleitor, com evidente desrespeito ao disposto no artigo 33, parágrafo 1º, alínea b, do Código Eleitoral, combinado com o artigo 41, alínea 1ª do mesmo Código.

Publique-se e comunique-se. Florianópolis, 7 de dezembro de 1954. (Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, presidente. Henrique Stodiek, relator. Abelardo da Silva Gomes, Proc. Reg. (666)

Ata da 1.452ª sessão, em 2 de outubro de 1954

Aos dois (2) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão extraordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, com o secretário, adiante nomeado e assinado.

2. Foi aprovada, sem restrições, a ata da sessão anterior.

3. O expediente constou dos seguintes ofícios e telegramas: dos srs. des. Secretário do Interior e Justiça e des. Corregedor Geral da Justiça, respondendo o ofício do T.R.E. que lhes deu conhecimento de denúncia do delegado do Partido Social Democrático sobre o fato de presos da Penitenciária do Estado se encontrarem em Biquaçu empenhados na campanha eleitoral do diretor daquele estabelecimento penal: em face das providências das referidas autoridades, mandaram arquivar a representação; do sr. des. Secretário da Segurança Pública, comunicando que determinou o afastamento do delegado regional de Polícia de Tuto do delegado regional de Polícia de Tuto da mesma autoridade, solicitando providências para que tenham prioridade para votar os funcionários daquela Secretaria em serviço no dia da eleição. O senhor desembargador Presidente comunicou ao Tribunal que, tendo recebido solicitação dos delegados do Partido Social Democrático e do Partido de Representação Popular em Braço do Norte, se força federal para assegurar a liberdade do pleito naquele município, entrou em entendimentos, pelo telefone, com o dr. juiz eleitoral da 33ª Zona, tendo s. excia. achado conveniente a remessa de força pedida. Em virtude da tempestade, entrara em contato com as autoridades militares e estas ordenaram a ida de um contingente do 14º B.C. O Tribunal, inteirado do assunto, ratificou as providências tomadas pelo sr. des. presidente.

4. De acordo com o voto dos relatores, srs. des. Osmundo Nóbrega e dr. Adão Bernardes, o Tribunal deferiu o registro de variações de nome com que poderão ser votados os candidatos Afonso Guller, Wanderley Júnior, dr. Celso Ramos Branco, Alzirino Waldomiro de Almeida e Flares Figueiredo de Oliveira, na forma do que foi requerido pela União Democrática Nacional.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscrevo.

(Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

Ata da 1.453ª sessão, em 5 de outubro de 1954

Aos cinco (5) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, com o secretário, adiante nomeado e assinado.

2. A ata da última sessão, foi aprovada.

3. O expediente constou dos seguintes telegramas: do sr. des. Huald Santafior Cardoso, comunicando que foi reeleito para a presidência do T.R.E. de Sergipe; do sr. José Marcon, comunicando que assumiu o cargo de prefeito do município de Turvo; do sr. Adolfo Heinz, comunicando ter assumido o cargo de prefeito de Piratuba; do delegado da União Democrática Nacional em Timbó, representando contra procedimento de candidatos a vereadores: resolveram mandar transmitir cópia do telegrama ao dr. juiz eleitoral, para que s. excia. apure as responsabilidades; do dr. juiz eleitoral da 35ª Zona, consultando se devem ser apurados os votos de eleitores do município, tomados em separado responderam afirmativamente; de diversos juizes eleitorais comunicando que o pleito do dia 3 transcorreu sem anormalidades, e informando o número de eleitores que a ele compareceram.

4. Foi submetido a julgamento o seguinte processo: N. 166, classe 7ª. — Pedido de registro do Diretório do Partido de Representação Popular em Criciúma. Relator: dr. José do Patrocínio Gallotti. Deferiram o pedido, unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscrevo.

(Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

não lhe ter permitido o ingresso no recinto onde se processa a apuração; pediram informações ao dr. juiz eleitoral; dos drs. juizes eleitorais de Orleans, Canoinhas, Laguna e Mafra, fazendo comunicações; dos delegados dos partidos que concorreram ao pleito no município de Urussanga pedindo que a apuração da eleição ali realizada seja feita pela Junta Eleitoral da 10ª Zona, que já concluiu os seus trabalhos; resolveu o Tribunal designar a Junta da 10ª Zona para proceder à apuração, ficando dispensada dessa incumbência a Junta da 23ª Zona Eleitoral; carta do sr. deputado Wanderley Júnior, levantando a suspeição do funcionário João Marçal para os trabalhos de apuração; conheceram como reclamação e mandaram arquivar, unanimemente.

4. Foram submetidos a julgamento os seguintes processos:

Denúncia da Procuradoria Regional contra o sr. dr. Newton Varella. Relator: dr. José do Patrocínio Gallotti. O sr. dr. relator leu o despacho com que recebeu a denúncia, tão somente pelo crime previsto no artigo 175, n. 31, do Código Eleitoral. Quanto ao pedido, formulado pelo denunciante, do afastamento do denunciado das funções eleitorais, o relator votou pela concessão da medida, tendo sido o julgamento adiado, por ter pedido vista dos autos o sr. dr. Adão Bernardes.

— Consulta do dr. juiz eleitoral da 8ª Zona sobre: a) se a multa aplicada ao eleitor faltoso deve ser cobrada em selos penitenciários; b) se as custas devem ser pagas em selos da União; e c) se deve ser nomeado defensor para o eleitor. Relator: dr. José do Patrocínio Gallotti. Responderam afirmativamente às duas primeiras consultas, e, quanto à última, que pode o eleitor exercer a sua defesa.

5. O sr. des. presidente lembrando que termina nesta data, o mandato do juiz sr. dr. José do Patrocínio Gallotti, depois de salientar a sua atuação no Tribunal, onde, mais uma vez, se revelou um juiz desapaixonado, reto e seguro nas suas decisões, apresentou-lhe, com as despedidas do Tribunal, votos de felicidades nas novas funções que vai exercer. O sr. dr. procurador regional também manifestou as saudações do Ministério Público ao juiz Gallotti, cujas qualidades ressaltou. O sr. dr. José do Patrocínio Gallotti, agradecendo as palavras com que foi saudado, referiu-se à situação do povo brasileiro que, dia a dia, mais se agrava, e destacou que a Justiça Eleitoral cabe uma missão histórica, a de assegurar ao cidadão o direito de votar e ser votado livremente. Confessou que, por isso, muito se se honrara de ter integrado este Tribunal, que pela cultura e correção dos seus juizes, está à altura da alta missão que lhe incumbe. Terminando, renovou seus agradecimentos pelas atenções de que foi alvo e saudou os seus eminentes colegas, o sr. dr. procurador regional e os funcionários da Secretaria.

Em seguida, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscreevo.

(aa.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

Ata da 1.455ª sessão

Aos oito (8) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores Adão Bernardes, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, comigo, secretário, adiante nomeado e assinado.

2. A ata da sessão anterior foi aprovada. Encontrando-se na Casa o sr. dr. Manoel Barbosa de Lacerda, eleito juiz deste Tribunal na vaga aberta com o término do mandato do sr. dr. José do

Patrocínio Gallotti, o sr. des. presidente nomeou uma comissão composta dos srs. des. Hercílio Medeiros e dr. Adão Bernardes para acompanhá-lo até a sala das sessões. Depois de ter s. excia. prestado o compromisso legal, o sr. des. presidente saudou-se em nome do Tribunal, o mesmo fazendo o sr. dr. Procurador Regional em nome do Ministério Público. Agradecendo, o dr. Manoel Barbosa de Lacerda proferiu substancial discurso.

3. O expediente constou do seguinte: ofício do sr. Lauriano Gomes de Almeida, comunicando que assumiu o cargo de delegado, neste Estado, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e telegrama do dr. juiz eleitoral da 35ª Zona, prestando informação a respeito de representação feita pelo dr. Ricardo Calvalcanti de Albuquerque: à vista da reclamação julgaram improcedente a reclamação e mandaram arquivá-la. O Tribunal em face de uma consulta que lhe foi endereçada de Papanduva, resolveu sugerir à Assembléia Legislativa do Estado a elaboração de lei fixando uma mesma data para o início do período do mandato do Prefeito de Florianópolis, e dos prefeitos e das Câmaras de vereadores dos municípios criados em dezembro de 1953.

4. O sr. Adão Bernardes devolveu os autos referentes à denúncia da procuradoria regional contra o sr. dr. Newton Varella, e levantou a preliminar de se adiar a discussão do pedido de afastamento do denunciado das funções eleitorais, visto que do despacho que recebeu a denúncia cabe recurso para o Tribunal, e, assim, só depois de passado em julgado esse despacho deverá o Tribunal decidir sobre o pedido. Esse ponto de vista prevaleceu, contra o voto do sr. des. Osmundo Nóbrega que votou no sentido de se desde logo apreciando o pedido de afastamento.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscreevo.

(aa.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

Ata da 1.456ª

Aos doze (12) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas reuniu-se, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, comigo, secretário, abaixo nomeado e assinado.

2. Foi aprovada, sem restrições, a ata da sessão anterior.

3. O expediente constou dos seguintes telegramas e ofícios: do sr. Ministro presidente do Tribunal Superior Eleitoral, agradecendo comunicação sobre o pleito de 3 de outubro, e congratulando-se com o T.R.E. pela regularidade em que decorreram as eleições; do sr. des. Alceu Galvão Velasco, comunicando que foi eleito presidente do T.R.E. de Goiás; dos drs. juizes eleitorais de Criciúma, Campos Novos e São Francisco do Sul, fazendo comunicações; do sr. José Hilário Duarte, eleitor inscrito na 12ª Zona, dando os motivos porque não votou no dia 3 de outubro; do dr. juiz eleitoral da 11ª Zona, formulando consulta: em face das informações da presidência, consideraram prejudicada a consulta.

4. O Tribunal constituiu a Comissão Apuradora de que trata o artigo 108 do Código Eleitoral, integrada dos srs. desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros, presidente, Osmundo Wanderley da Nóbrega e dr. Milton Leite da Costa.

Em seguida nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon

Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscreevo.

(aa.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

Ata da 1.457ª sessão

Aos quatorze (14) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis horas, reuniu-se, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Estiveram presentes os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, comigo, secretário, adiante nomeado e assinado.

2. Foi aprovada, sem alterações, a ata da última sessão.

3. O expediente constou dos seguintes telegramas e ofícios: do dr. juiz eleitoral da 22ª Zona, comunicando que, quando regressava ao seu lar, acompanhado de sua esposa, quase foi atropelado por automóvel dirigido pelo fiscal da U.D.N., Theodomiro Lemos, e que, a seu ver a tentativa de atropelamento se relaciona ao incidente havido entre ele e o proprietário do automóvel por ocasião da apuração do pleito de 3 de outubro; o Tribunal tomou conhecimento da providência adotada pelo sr. des. presidente do Tribunal de Justiça, e resolveu que se envie cópia do mesmo ao sr. des. Secretário da Segurança, pedindo-lhe a abertura de inquérito para apurar as responsabilidades, e que ofereça garantias aquele magistrado; do sr. des. Arnaldo Valente, comunicando que foi eleito presidente do T.R.E. do Pará; dos drs. juizes eleitorais das 1ª, 3ª, 13ª e 31ª Zonas, fazendo comunicações; do sr. Ministro da Justiça, pedindo informações; do sr. Rodolfo Jahn, comunicando que assumiu o cargo de Prefeito Municipal de Guarimirim.

4. Entraram em julgamento os seguintes processos da classe 9ª:

Ns. 1.190, relator: des. Osmundo Nóbrega; 1.186, relator dr. Adão Bernardes; 1.185, relator: dr. Manoel Barbosa de Lacerda; 1.187, relator: dr. Edmundo Moreira e 1.188, relator: dr. Milton da Costa. Por motivo da transferência dos eleitores, cancelaram as inscrições referidas nos autos.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscreevo.

(As) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

Ata da 1.458ª sessão, em 15 de outubro de 1954

Aos quinze (15) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão ordinária sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Estiveram presentes os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, comigo, secretário, adiante nomeado e assinado.

2. A ata da sessão anterior foi aprovada.

3. O expediente constou de telegrama de Germano Schitz Júnior, pedindo exoneração do cargo de juiz preparador no distrito de Perimbo; concederam a exoneração; e ofício do sr. des. Presidente do Tribunal de Justiça, acusando a recepção de ofício desta T.R.E., transmitindo o teor de radiograma recebido do sr. dr. juiz eleitoral da 22ª Zona; do sr. General Comandante da 1ª D/5ª, e da

Guarnição Militar de Florianópolis, relatando ocorrência verificada com funcionário da Secretaria do T.R.E., e pedindo providências; resolveram que, tratando-se de atividade exercida fora do Tribunal, não há transgressão de dispositivo do Estatuto dos Funcionários, e, também, não houve prática de crime eleitoral, razão porque não cabe ao T.R.E. qualquer providência.

4. O sr. dr. Abelardo da Silva Gomes declarou-se impedido para funcionar nos processos relativos à apuração das eleições de 3 de corrente, por ser parente em terceiro grau, de candidato, e, a seu ver, se estende ao procurador o impedimento declarado pelo T.S.E. dos juizes dos Tribunais, parentes de candidato, até aquele grau. O Tribunal resolveu que, nessas condições, os processos de recursos referentes à apuração do pleito sejam encaminhados ao sr. dr. procurador regional substituto.

5. Entraram em julgamento os seguintes processos da classe 9ª:

Ns. 1.183, relator: des. Hercílio Medeiros; 1.184, relator: des. Osmundo Nóbrega; 1.181, 1.193 e 1.199, relator: dr. Edmundo Moreira. Decretaram o cancelamento das inscrições constantes dos autos;

N. 1.182, relator: dr. Milton da Costa. Por motivo do falecimento dos eleitores referidos nos autos, mandaram cancelar as inscrições a eles correspondentes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscreevo.

(As) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Fúlvio Luiz Vieira, Procurador Regional ad-hoc.

Ata da 1.459ª sessão, em 19 de outubro de 1954

Aos dezenove (19) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, comigo, secretário, adiante nomeado e assinado. Serviu como procurador regional ad-hoc, por não ter comparecido o titular, o dr. Fúlvio Luiz Vieira.

2. A ata da sessão anterior foi aprovada.

3. O expediente constou dos seguintes ofícios e telegramas: do senhor Governador do Estado, acusando o recebimento de ofício; do senhor Presidente da Assembléia Legislativa comunicando o encaminhamento à Comissão de Justiça, do ofício n. 1.037/54, deste Tribunal; do sr. Celso Ramos, comunicando que transmitiu ao sr. João David Ferreira Lima, a presidência do Diretorio Regional do Partido Social Democrático, por ter que se ausentar do Estado; dos srs. desembargadores Miguel Maria de Serpa Lopes, Mário Corrêa da Costa e Cláudio Cardoso Gomes, comunicando que assumiram a presidência dos TT. RR. EE. do Distrito Federal, do Mato Grosso e da Bahia, respectivamente; do major Chefe da 16ª C. R., fazendo comunicação; do dr. juiz eleitoral da 32ª Zona, informando como decorreram as eleições de 3 de outubro; do sr. Júlio Fuganti, comunicando que assumiu o cargo de prefeito do município de Tangará; dos drs. Ayres Gama Ferreira de Mello e Jaymor Guimarães Colloco, comunicando que assumiram os cargos de juizes eleitorais da 1ª e da 2ª Zonas, respectivamente; do dr. juiz eleitoral da 23ª Zona, pedindo providências para a readmissão do Delegado de Polícia; mandaram arquivar; do delegado do Partido de Representação Popular, pedindo lhe sejam fornecidos os resultados das eleições de 3 de outubro; mandaram aguardar a publicação; do dr. juiz eleitoral da 32ª Zona, comunicando que pelo delegado da União De-

mocrática Nacional fôra requerido o arquivamento de inquérito aberto à vista de representação feita pelo mesmo delegado; responderam que, tratando-se no caso, de crime de ação pública, o inquérito não pode ser arquivado em virtude de requerimento de delegado de Partido.

4. Foram submetidos a julgamento os seguintes processos da classe 9ª:

Ns. 1.195 e 1.201, relator: des. Hercílio Medeiros; 1.196, relator: des. Osmundo Nóbrega; 1.179 e 1.198, relator: dr. Manoel Barbosa de Lacerda; n. 1.194, relator: dr. Milton Leite da Costa. Por motivo da transferência dos eleitores, cancelaram as inscrições mencionadas nos autos;

N. 1.192, relator: dr. Manoel Barbosa de Lacerda. A vista da prova do óbito dos eleitores referidos no processo, decretaram o cancelamento das inscrições a eles correspondentes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, fiz lavrar a presente ata e a subscreevo.

(Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

Ata da 1.460ª sessão, em 21 de outubro de 1954

Aos vinte e um (21) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral, Estiveram presentes os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, comigo, secretário; adiante nomeados e assinados.

2. A ata da sessão anterior foi aprovada, sem emendas.

3. O expediente constou dos seguintes telegramas e ofícios: do senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, agradecendo a comunicação da posse do sr. dr. Manoel Barbosa de Lacerda, nas funções de juiz efetivo deste Tribunal; do dr. juiz eleitoral da 2ª Zona, comunicando a remessa dos papéis referentes às eleições de 3 do corrente, e pedindo a autorização para gozar férias em novembro e dezembro vindouros; resolveram aguardar a verificação que será feita pela Comissão apuradora; do diretor do Seminário Camiliano de Tomerê, reclamando contra o juiz eleitoral da 35ª Zona; arquivaram. Foram assinados os acordões referentes aos processos julgados na sessão anterior.

Em seguida, não havendo matéria em pauta para julgamento, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscreevo.

(Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

Ata da 1.461ª sessão, em 22 de outubro de 1954

Aos vinte e dois (22) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às dezesseis (16) horas, reuniu-se, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor desembargador Flávio Tavares da Cunha Mello, o Tribunal Regional Eleitoral. Compareceram os juizes senhores desembargadores Hercílio João da Silva Medeiros, e Osmundo Wanderley da Nóbrega, e doutores Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira e Milton Leite da Costa, e o procurador regional, doutor Abelardo da Silva Gomes, comigo, secretário, adiante nomeado e assinado.

2. A ata da sessão anterior foi aprovada.

3. O expediente constou dos seguintes ofícios: do sr. Secretário da Segurança Pública, transmitindo o teor de informação que recebeu do delegado especial de

JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BLUMENAU

Edital de citação

O doutor Ary Pereira Oliveira, juiz de direito da 2ª Vara, em exercício na 1ª da Comarca de Blumenau. Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber a Carl Walter Thiemann, natural da Alemanha, padreiro, residente em lugar incerto, que por parte de Helene Gertrud Elisabeth Thiemann, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte: Petição: "Exmo. sr. dr. juiz de direito da 1ª Vara da comarca Helene Gertrud Elisabeth Thiemann, natural da Alemanha, casada, comerciária, residente e domiciliada nesta cidade de Blumenau, por seu bastante procurador, infra-assinado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, sob n. 384, com escritório à rua Maranhão, 430 — Vem, com fundamento no art. 317, números III e IV, do Código Civil, propor a presente ação ordinária de desquite contra seu marido Carl Walter Thiemann, natural da Alemanha, padreiro atualmente em lugar incerto, pelos motivos que passa a expor: S. N. P. 1º — Que o casal contraiu matrimônio em 4 de março de 1931, sob o regime da comunhão de bens, perante o juiz de Paz de Ibirama, neste Estado, como faz prova o termo de casamento sob n. 161, a fls. 118 do livro n. 4, do respectivo registro (doc. n. 2). 2º — Que, posteriormente, transferiu-se para Blumenau, não havendo bens do casal e tendo dessa união uma filha, maior e independente, conforme documento anexo (doc. n. 3). 3º — Que, em fins de ano de mil novecentos e trinta e oito (1938) apenas sete anos depois do casamento, o réu, seu marido, voluntariamente e sem qualquer motivo, abandonou o lar conjugal, indo para São Paulo, onde vivia em companhia de outra mulher. 4º — Que, a suplicante, somente teve notícias do seu marido até o ano de 1953, quando recebeu do mesmo autorização para tratar do desquite amigável do casal (doc. j. n. 4), todavia, posteriormente, embora os esforços empregados e investigações realizadas, não mais conseguiu localizar seu paradeiro, visto ter abandonado São Paulo para lugar ignorado da suplicante, que se encontra abandonada por mais de 16 anos. 5º — Que a suplicante, desde os primeiros tempos de casada já sofria em consequência do mau tratamento por parte de seu marido, atingido o extremo das injúrias e sevícias, que obrigavam muitas vezes, a suplicante fu-

gir de casa e procurar proteção com vizinhos e amigos. Pelo exposto verificam-se os casos previstos no art. 317, ns. III e IV, que fundamentam o desquite, tudo do Código Civil. Assim, protestando provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, como testemunhas, documentos e depoimento pessoal do R., e sendo desnecessária a separação de corpos, nos termos do art. 678, do C. P. Civil, com afirmação da suplicante conforme os artigos 178, n. 1 e 177 n. 1 — requer se designe v. excia. determinar a citação de Carl Walter Thiemann, por editais na forma da Lei, para responder aos termos da presente ação ordinária de desquite, pelos motivos expostos, observando-se, se for o caso, a Lei n. 869 de 10-12-49, para o fim de, corrido os trâmites legais, ser decretado o desquite, com a condenação do réu nas custas, honorários de advogado e demais pronúncias de direitos e à revella com audiência do dr. curador de ausentes. Dá-se à presente o valor de Cr\$ 5.000,00 para os efeitos fiscais. Protestando indicar testemunhas oportunamente e depoimento pessoal do réu, pena de confesso, caso não compareça. D. e A. está com os documentos inclusos, pede e espera, deferimento. Blumenau, 27 de janeiro de 1955. (a.) p. p. Arnaldo M. Xavier advogado. (Sobre uma estampilha estadual no valor de Cr\$ 2,00 e mais a taxa de saúde). Despacho: "A, como requer, designado o sr. escrivão dia e hora para a audiência de reconciliação. Em 28-1-55. (a.) A. Oliveira". Designação: "Em cumprimento ao respeitável despacho retro, designo o dia dezoito (17) de março, próximo vindouro, às dez (10) horas, no lugar de costume, para a audiência preliminar. Blumenau, em 29 de janeiro de 1955. O escr. int. (a.) Paulo Klopffel". Em virtude do que é expedido este, afim de ser o réu citado a comparecer, no dia 17 (dezoisete), de março, próximo vindouro, às dez (10) horas, neste Juízo, para a audiência preliminar estatuida na lei n. 968, de 10-12-1949, ficando, outrossim citado, para não comparecendo a mesma audiência, contestar a ação, querendo, nos dez dias seguintes. Dado e passado nesta cidade de Blumenau, aos vinte e nove dias do mês de janeiro de mil novecentos e cinquenta e cinco. Eu, Paulo Klopffel, escrivão interino do Cível, o escrevi. Blumenau, em 29 de janeiro de 1955. (a.) Ary Pereira Oliveira, juiz de direito da 2ª Vara, em exercício na 1ª. Confere com o original afixado no lugar do costume, do que dou fé. Blumenau, em 29 de janeiro de 1955. O escr. interino: Paulo Klopffel.

Polícia de Mafra, a respeito de uma queixa do dr. juiz eleitoral daquela Zona; do sr. Adil Rebelo, comunicando que reassumiu as funções de delegado regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; e de consulta do Partido Trabalhista Brasileiro, que foi mandada à distribuição.

4. Foram submetidos a julgamento os seguintes processos da classe 9ª:

Ns. 1.189 e 1.225, relator: des. Hercílio Medeiros; 1.202 e 1.220, relator: des. Osmundo Nóbrega; 1.191, 1.197, 1.215 e 1.221, relator: dr. Adão Bernardes; 1.216 e 1.222, relator: dr. Manoel Barbosa de Lacerda e 1.200, relator: dr. Milton da Costa. Decretaram o cancelamento das inscrições referidas nos autos, de eleitores que se transferiram;

N. 1.154, relator: des. Osmundo Nóbrega. Por motivo do óbito dos eleitores cujos nomes constam dos autos, cancelaram as inscrições a eles correspondentes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscreevo.

(Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

INDÚSTRIAS DE FECULA COMPANHIA LORENZ

Assembléia geral ordinária

São convidados os senhores acionistas desta sociedade para a assembléia geral ordinária, a realizar-se no dia 8 de março do corrente ano, com início às 8 horas, na sede social, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Apresentação, discussão e aprovação do balanço geral, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, tudo referente ao exercício de 1954.

2º — Eleição do conselho fiscal, membros efetivos e suplentes, para o exercício de 1955.

3º — Assuntos diversos.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, à rua São Paulo, n. 3.068, os documentos a que se refere o artigo 99, do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. Blumenau, 22 de janeiro de 1955.

Fritz Lorenz, diretor-presidente. (3-3) (357)

gir de casa e procurar proteção com vizinhos e amigos. Pelo exposto verificam-se os casos previstos no art. 317, ns. III e IV, que fundamentam o desquite, tudo do Código Civil. Assim, protestando provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, como testemunhas, documentos e depoimento pessoal do R., e sendo desnecessária a separação de corpos, nos termos do art. 678, do C. P. Civil, com afirmação da suplicante conforme os artigos 178, n. 1 e 177 n. 1 — requer se designe v. excia. determinar a citação de Carl Walter Thiemann, por editais na forma da Lei, para responder aos termos da presente ação ordinária de desquite, pelos motivos expostos, observando-se, se for o caso, a Lei n. 869 de 10-12-49, para o fim de, corrido os trâmites legais, ser decretado o desquite, com a condenação do réu nas custas, honorários de advogado e demais pronúncias de direitos e à revella com audiência do dr. curador de ausentes. Dá-se à presente o valor de Cr\$ 5.000,00 para os efeitos fiscais. Protestando indicar testemunhas oportunamente e depoimento pessoal do réu, pena de confesso, caso não compareça. D. e A. está com os documentos inclusos, pede e espera, deferimento. Blumenau, 27 de janeiro de 1955. (a.) p. p. Arnaldo M. Xavier advogado. (Sobre uma estampilha estadual no valor de Cr\$ 2,00 e mais a taxa de saúde). Despacho: "A, como requer, designado o sr. escrivão dia e hora para a audiência de reconciliação. Em 28-1-55. (a.) A. Oliveira". Designação: "Em cumprimento ao respeitável despacho retro, designo o dia dezoisete (17) de março, próximo vindouro, às dez (10) horas, no lugar de costume, para a audiência preliminar. Blumenau, em 29 de janeiro de 1955. O escr. int. (a.) Paulo Klopffel". Em virtude do que é expedido este, afim de ser o réu citado a comparecer, no dia 17 (dezoisete), de março, próximo vindouro, às dez (10) horas, neste Juízo, para a audiência preliminar estatuida na lei n. 968, de 10-12-1949, ficando, outrossim citado, para não comparecendo a mesma audiência, contestar a ação, querendo, nos dez dias seguintes. Dado e passado nesta cidade de Blumenau, aos vinte e nove dias do mês de janeiro de mil novecentos e cinquenta e cinco. Eu, Paulo Klopffel, escrivão interino do Cível, o escrevi. Blumenau, em 29 de janeiro de 1955. (a.) Ary Pereira Oliveira, juiz de direito da 2ª Vara, em exercício na 1ª. Confere com o original afixado no lugar do costume, do que dou fé. Blumenau, em 29 de janeiro de 1955. O escr. interino: Paulo Klopffel.

Polícia de Mafra, a respeito de uma queixa do dr. juiz eleitoral daquela Zona; do sr. Adil Rebelo, comunicando que reassumiu as funções de delegado regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; e de consulta do Partido Trabalhista Brasileiro, que foi mandada à distribuição.

4. Foram submetidos a julgamento os seguintes processos da classe 9ª:

Ns. 1.189 e 1.225, relator: des. Hercílio Medeiros; 1.202 e 1.220, relator: des. Osmundo Nóbrega; 1.191, 1.197, 1.215 e 1.221, relator: dr. Adão Bernardes; 1.216 e 1.222, relator: dr. Manoel Barbosa de Lacerda e 1.200, relator: dr. Milton da Costa. Decretaram o cancelamento das inscrições referidas nos autos, de eleitores que se transferiram;

N. 1.154, relator: des. Osmundo Nóbrega. Por motivo do óbito dos eleitores cujos nomes constam dos autos, cancelaram as inscrições a eles correspondentes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Solon Vieira, secretário, fiz lavrar a presente ata e a subscreevo.

(Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

(Ass.) Flávio Tavares da Cunha Mello, Hercílio João da Silva Medeiros, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Edmundo Accácio Moreira, Milton da Costa, Abelardo da Silva Gomes.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE BLUMENAU

Edital de citação

O doutor Raoul Albrecht Buendgens, juiz de direito da 1ª Vara em exercício da comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital de citação de herdeiros ausentes com o prazo de trinta (30) dias, virem ou dêle notícia tiverem e interessar possa, que estando-se procedendo neste Juízo e pelo cartório do escrivão que este subscreevo, o inventário dos bens deixados por falecimento de Waldemar Gropp, foram descritos pelo inventariante Erich Gropp, entre outros herdeiros, os de nomes Oswin Gropp e Felix Gropp, os quais se acham ausentes, fora da comarca, para que cite e chama-os, para, no prazo de trinta (30) dias, contados da primeira publicação deste, na imprensa, dizer sobre as primeiras declarações do inventariante e descrição de bens, ficando desde logo citados para todos os demais atos do inventário e partilha, até final sentença, sob as penas da lei. E, para que chegue ao seu conhecimento e de quem mais interessar possa, mandou passar o presente edital que será afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa local e "Diário Oficial do Estado" na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Blumenau, aos cinco de janeiro de mil novecentos e cinquenta e cinco. Eu, Hartmut Werner Kadletz, escrivão o escrevi. Blumenau, 5 de janeiro de 1955. (Ass.) Raoul Albrecht Buendgens, juiz de direito da 1ª Vara em exercício. Certidão: Certifico que está conforme o original que nesta data foi afixado no lugar do costume, do que dou fé. Blumenau, em 5 de janeiro de 1955. O escrivão: Hartmut Werner Kadletz.

(360)

(360)

(360)

(360)

(360)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLO-RIANÓPOLIS

Edital

Com o presente fica convidado o abaixo mencionado, para dentro em 15 dias, a contar desta data, vir à Portaria da Prefeitura prestar esclarecimento em assunto no qual é parte interessada.

Número — Nome — Assunto. 2.296/54 — Deonísio Mendes Soares de Lima — Construção de Prédio.

Certifico outrossim que, findo o prazo indicado, sem que seja prestadas quaisquer informações por parte do acima convocado, será o respectivo processo arquivado, à vista do que dispõe o parágrafo único do artigo n. 44 da Lei n. 127 de 14 de janeiro de 1952.

Diretoria de Administração, 1 de fevereiro de 1955.

Natércia Lemos Müller, Chefe do Expediente e Pessoal. (3-3) (332)

INDÚSTRIAS REUNIDAS JARAGUA S.A.

Assembléia geral ordinária

CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Indústrias Reunidas Jaraguá S. A., para a assembléia geral ordinária, a realizar-se no dia 5 de março de 1955, às 9 horas da manhã, na sede social à rua Quintino Bocaiuva, 715/901, afim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

I — Aprovação do balanço e contas do exercício de 1954;

II — Eleição do novo Conselho Fiscal;

III — Assuntos de interesse da sociedade.

Nota: — Acham-se à disposição dos senhores acionistas os documentos a que se refere o artigo n. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Jaraguá do Sul, em 25 de janeiro de 1955.

Dietrich H. W. Hufnussler, diretor-gerente. (3-3) (337)

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE LAJES

Edital de citação

O doutor Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara da comarca de Lajes, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que com o prazo de trinta dias (30) a contar da primeira publicação no "Diário Oficial do Estado" que se estando processando neste Juízo o inventário dos bens deixados por falecimento de Umbelina Maria Pereira e Policarpo Inácio Padilha, foi pelo inventariante declarado ausentes os herdeiros, Almira Pereira, Inácio Pereira e Lourenço Inácio Padilha, residentes em lugar incerto e não sabido. Em vista do que cita e chama os referidos herdeiros para comparecer ou fazer-se representar no prazo de trinta (30) dias, a contar da primeira publicação no "Diário Oficial do Estado", afim de falar nos termos do presente processo até final, sob pena de revelia. E, para que chegue ao conhecimento de todos que interessar possa e para que ninguém alegue ignorância, se passou o presente edital em quatro vias, uma para ser publicada no "Diário Oficial do Estado", uma para ser publicada na imprensa local, outra para afixar no local público de costume, ficando cópia nos autos respectivos. Dado e passado nesta cidade de Lajes, aos treze dias do mês de janeiro de mil novecentos e cinquenta e cinco (13-1-55). Eu, Darcy Ribeiro, escrivão de Orfãos o dactilografar, subscrevi e assino. (Selo ex-causa). Dr. Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara. Darcy Ribeiro, escrivão de Orfãos.

(1-1)

(381)

Edital de citação

O doutor Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara da comarca de Lajes, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que com o prazo de trinta dias (30) a contar da primeira publicação no "Diário Oficial do Estado" que se estando processando neste Juízo o inventário dos bens deixados por falecimento de Satrio do Amaral Varela foi pelo inventariante declarado ausente o herdeiro João Lemos Cavaleiro, casado com a herdeira filha do inventariante Erotilde Varela dos Santos, residente em lugar incerto e não sabido. Em vista do que cita e chama o referido herdeiro para comparecer ou fazer-se representar no prazo de trinta (30) dias, a contar da data da primeira publicação no "Diário Oficial do Estado", afim de falar nos termos do processo de inventário e partilha até final sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento de todos que interessar possa, e para que ninguém alegue ignorância, se passou o presente edital em quatro vias, uma para ser publicada no "Diário Oficial do Estado", outra para ser publicada na imprensa local, outra para ser afixada no lugar público de costume, ficando cópia nos respectivos autos. Dado e passado nesta cidade de Lajes, aos quatorze dias do mês de janeiro de mil novecentos e cinquenta e cinco (14-1-1955). Darcy Ribeiro, escrivão de Orfãos o dactilografar, subscrevi e assino. (Selo ex-causa). Dr. Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara. Darcy Ribeiro, escrivão de Orfãos.

(1-1)

(382)

Edital de citação

O doutor Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara da comarca de Lajes, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que com o prazo de trinta dias (30) a contar da primeira publicação no "Diário Oficial do Estado" que se estando processando neste Juízo o inventário dos bens del-

xados por falecimento de Maria Joaquina de Jesus, pelo inventariante foi declarado ausentes os herdeiros José Maria da Silva, Georgina Pereira da Silva, Maria Claudina da Silva, Idalina da Silva, Dorival da Silva, João Maria da Silva, Maria Lucilla da Silva, Guilherme Varela da Silva, Guerino Varela da Silva, Aquilina da Silva, Maria Santa da Silva, residentes em lugar incerto e não sabido. Em vista do que cita e chama o referido herdeiro, para comparecer ou fazer-se representar, no prazo de trinta (30) dias a contar da data da primeira publicação afim de falarem nos termos do processo de arrolamento até final, sob pena de revelia. E, para que chegue ao conhecimento de todos a notícia que interessar possa e para que ninguém alegue ignorância, se passou o presente edital em quatro vias, uma para ser publicada no "Diário Oficial do Estado", outra para ser publicada na imprensa local, outra para ser afixada no lugar público de costume, ficando cópia nos respectivos autos. Dado e passado nesta cidade de Lajes, aos doze dias do mês de janeiro de mil novecentos e cinquenta e cinco (12-1-1955). Eu, Darcy Ribeiro, escrivão de Orfãos o dactilografar, subscrevi e assino. (Selo ex-causa). Dr. Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara. Darcy Ribeiro, escrivão de Orfãos.

(1-1)

(383)

Edital

O doutor Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara da comarca de Lajes, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei, etc.

Faz saber a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e cartório do escrivão que este subscreve e assina, foram regularmente processados os termos da interdição de José Camilo Pereira, tendo sido decretada a interdição do mesmo, por sentença deste Juízo, cuja sentença é o do teor seguinte: Vistos. Requerer Idalina Maria de Jesus a interdição de seu marido José Camilo Pereira, havendo o feito corrido todos os seus trâmites, com observância das formalidades legais. Isto posto. O interditando, conforme o laudo médico, sofre realmente alienação mental, sendo os peritos de opinião que o mesmo não está em condições de reger sua pessoa e administrar seus bens, aliam diminutos. O exame pessoal perante este Juízo revelou a insanidade do interditando, que diz, entre outras coisas "stapafurdias, ter vivido na época antediluviana. O promotor público e o curador entendem que a medida requerida merece deferimento. Por esses fundamentos, e atendendo ao mal dos autos e ao direito aqui aplicável. Decreto a interdição de José Camilo Pereira, declarando, como o declaro, incapaz para reger sua pessoa e administrar seus haveres, sendo de nenhum efeito quaisquer contratos e avenças que não tiverem a concordância de seu Curador e deste Juízo. Nomeio-lhe Curador a mulher, Idalina Maria de Jesus, que deverá prestar o devido compromisso. A impugnação do filho, João Manoel Pereira, está desacompanhada de prova, que mesmo só pelos meios regulares de direito, em processo diferente, poderia ser produzida. Publique-se no "Diário Oficial". A imprensa local não está obrigada a publicar editais, visto tratar-se de justiça gratuita. Transcreva-se no registro competente. Sem custas. P. R. L. Lajes, 20 de janeiro de 1955. Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara. Pelo que serão nulos e de nenhum efeito todos os atos, avenças e convenções que se realizarem sem a assistência do Curador do referido interdito José Camilo Pereira. Para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente edital que, será afixado no lugar público de costume, publicado no "Diário Oficial do Estado", ficando cópia nos autos. Dado e passado, nesta cidade de Lajes, aos vinte e dois dias do mês de janeiro de mil e novecentos e cinquenta e cinco (22-1-1955).

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE INDIAIAL

Edital de citação

O cidadão Wiegand Lauth, juiz de Paz no exercício do cargo de juiz de direito da comarca de Indaial, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei, etc.

Faz saber ao sr. Ladislau Glatzki, lavrador, residente no Estado do Paraná, em lugar incerto e não sabido e a todos que o presente edital virem, dele conhecimento tiverem ou interessar possa, que por parte da Indústria e Comércio Luiz Olsen S. A., estabelecida em Rio Negrinho, deste Estado, lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de Indaial. Indústria e Comércio Luiz Olsen S. A., sita em Rio Negrinho neste Estado de Santa Catarina, por seu bastante procurador infra-assinado, advogado inscrito na O. A. B., Seção deste Estado sob n. 696, com escritório à rua João Pessoa, 18 na cidade de São Bento do Sul, vem à presença de v. excia. para expor o seguinte: I — Que a A. é legítima possuidora de uma gleba de terra localizada em São João da Esperança, contendo a área de (968.000m2.) novecentos e sessenta e oito mil metros quadrados, como se vê da inclusa escritura pública, revestida de todas as formalidades legais, inclusive a inscrição no Registro Geral de Imóveis dessa comarca de Indaial, no qual tomou o n. 14.574, fls. 43 do livro 3-F e adquirida por compra feita à Ricardo E. P. Sacht e sua mulher, em data de 29-11-1951; II — As características da referida propriedade são: divisoando pela frente, com herdeiros de João Domingo Castilhos; por um dos lados com Ricardo Ernesto Paulo Sacht, Ladislau Glatzki; fundo com João Wantowski Sobrinho; por outro lado com Veneslau dos Santos e Empresa Bona, ocupado atualmente por diversos, Alberto Largura Sobrinho, e ainda com a Empresa Bona, cuja metragem das respectivas divisas supra discriminadas, são as constantes do mapa anexo; III — Que, embora na escritura anexa (doc. 3) consta dividir com terras do vendedor que era Ricardo E. P. Sacht, o imóvel em tela adquirido em 1951, na realidade naquela época, não fazia divisa com o mesmo, visto que, o imóvel deste, que contém a área de 172.750m2. e que ora divisa com a A., foi somente adquirido pelo mesmo Ricardo E. P. Sacht, em 28-11-52; IV — Que o imóvel do peticionário acha-se atualmente com limites confusos, motivado por linhas abertas em vários sentidos por um dos confinantes, o que impede sejam identificadas verdadeiras linhas divisórias; V — Que há necessidade de se determinar os verdadeiros rumos divisórios em virtude de se fazer necessário uma pericia dentro da área aludida (968.000m2.), visto que, se procede nesse Juízo, uma ação de indenização contra um dos confinantes Ricardo E. P. Sacht; VI — Que, as linhas divisórias se constituem de acordo com o título comprobatório de Jus in re dos peticionários e de conformidade com a posse por eles exercida no imóvel, devem ser traçados de conformidade com os rumos indicados na caderneta de campo da medição do imóvel em tela, e na parte que divide com Ricardo E. P. Sacht, para melhor orientação, junta-se uma caderneta expedida pela Empresa Colonizadora Bona & Cia. em março de 1932, expedida em nome de Antônio Ribeiro, mas que é o mesmo terreno que ora pertence a Ricardo Sacht; VII — Que os peticionários desejam tornar, pela ação de demarcação total, certos os limites de sua propriedade. O Direito: Todo o proprietário pode obrigar

Eu, Darcy Ribeiro, escrivão de Orfãos, o dactilografar, subscrevi e assino. (Selo de selos e custas, por tratar-se de justiça gratuita). Dr. Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara. O escrivão: Darcy Ribeiro.

(738)

o seu confinante a proceder com ele a demarcação. A demarcação tem por fim, segundo os tratadistas, delimitar prédios distintos e pode ser intentada, tanto para o estabelecimento, com para a restauração de uma linha separativa. E para os fins expostos, pedem os peticionários que sejam ouvidas oportunamente, as testemunhas seguintes: 1) Francisco Mendes, brasileiro, casado, operário, residente e domiciliado em São João do Campo; 2) Adauto Castilho, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado em São João do Campo, e ainda depoimento pessoal dos confrontantes, procedendo no imóvel vitórias, para fixação dos pontos indicados nas respectivas cadernetas na parte que for necessária. Os confrontantes do imóvel, que devem ser citados para os efeitos de lei, são os seguintes: 1º) Herdeiros de João Domingo Castilhos, residentes em São João do Campo; 2º) Ricardo E. P. Sacht, lavrador, residente e domiciliado em São João do Campo; 3º) Ladislau Glatzki, lavrador, residente no Estado do Paraná em lugar incerto; João Wantowski Sobrinho, lavrador, residente em Rio Preto (Pocinho) município de Rio Negrinho; 5º) Veneslau dos Santos, lavrador, residente em Alto Rio Preto (Pocinho) município de Rio Negrinho; 6º) Empresa Bona, com sede em Arrozeira; 7º) Alberto Largura Sobrinho, lavrador, residente em São João dos Campos. A vista do exposto, a petiçãoária vem propor contra os confinantes a presente ação de demarcação; requer, pois, segundo o processo estabelecido nos arts. 422 e seguintes, 447 e seguintes do C. P. C. o que for aplicável, e no Dec. Lei 8.570 de 8-1-46, em relação a nomeação de peritos, se digne v. excia. nomear, para a execução do processo demarcatório, 1 (um) agrimensor, 2 (dois) peritos e respectivos suplentes, feito o que, v. excia. mande citar os referidos confrontantes e suas mulheres para responderem os termos da demarcação e contestá-la querendo, no prazo comum de 10 (dez) dias, sob pena de entrar a causa na fase executória, bem como para seguirem os demais trâmites da demarcatória até final sentença e abonarem as despesas. Autuada esta com os inclusos documentos de que se oferecem as cópias referidas no art. 14 do C. P. C., dando a presente, para efeito do pagamento da taxa judiciária, o valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros). Termos em que, P. deferimento. (Sobre selos estaduais no valor de Cr\$ 5,50 devidamente inutilizados está). De São Bento do Sul, para Indaial em 14 de outubro de 1954. (Assinado) pp. Osório de Souza Freitas. Em tempo: Requerem-se cutrosim o desentranhamento das cadernetas do campo anexas, tão logo sejam as mesmas dispensáveis. (as.) O. S. F. Em a dita petição, foi exarado o seguinte despacho: R. hoje, A. à conclusão. Indaial, 27-10-54. (as.) O. Dutra. Despacho de fls. 23.: Façam-se as citações requeridas na inicial: a dos confrontantes residentes nesta comarca, por mandado; a dos residentes fora da comarca, por precatório e a do confronto Ladislau Glatzki, por edital com o prazo de trinta (30) dias, publicado no "Diário Oficial do Estado". Nomeio, para a execução do processo demarcatório, o agrimensor Fernando Heinmayer; como peritos Argemiro Braz Grein e o dr. Renato Luiz Pereira de Souza e, como suplentes os srs. Nicolau Bona e Gustavo Lang, os quais deverão prestar o compromisso legal. Indaial, 3-11-54. (Assinado) O. Dutra. E para que chegue ao conhecimento de todos e principalmente ao do confrontante Ladislau Glatzki, mandou expedir o competente edital que será afixado no lugar de costume e publicado pela imprensa na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Indaial, aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco. Eu, (as.) Germano Brandes Jr., escrivão o dactilografar e subscrevi. (as.) Wiegand Lauth, juiz de Paz no exercício do cargo de juiz de direito. Confere com o original, dou fé. Germano Brandes Júnior, escrivão.

(359)

TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE

ESPAÇO ADICIONAL

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 25 DE JANEIRO DE 1955

RECEBIMENTOS

| | |
|-------------------------------|-------------------|
| Saldo do dia 24 (em caixa) | Cr\$ 1.949.025,00 |
| Retirada de Bancos | 2.500.000,00 |
| Anulação de despesas | 1.042,40 |
| Depósitos de diversas origens | 141,30 |
| | Cr\$ 4.450.208,70 |

PAGAMENTOS

| | |
|--|-------------------|
| Secretaria do Interior e Justiça | 2.565,00 |
| Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social | 350,00 |
| Secretaria da Fazenda | 45.529,90 |
| Secretaria da Segurança | 7.005,00 |
| Secretaria da Viação e Obras Públicas | 180,00 |
| Secretaria da Agricultura | 114.912,50 |
| Despesas por Créditos Especiais | 1.887,00 |
| Depósitos de diversas origens | 3.000,00 |
| Fomento | 120,00 |
| Exercício de 1955 | 2.500.000,00 |
| Saldo na Tesouraria para o dia 26 | 1.774.659,30 |
| | Cr\$ 4.450.208,70 |

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

| Estabelecimentos | DO ESTADO | Depósitos especiais | Depósitos div. orig. | Montepio | Total |
|----------------------------|---------------|---------------------|----------------------|------------|---------------|
| TESOURARIA | 452.135,10 | 552.510,40 | 691.939,10 | 78.074,70 | 1.774.659,30 |
| Banco do Brasil | 1.608.149,40 | — | — | 62.458,40 | 1.670.607,80 |
| Banco Nacional do Comércio | 2.137.727,10 | 766.098,70 | — | 69.376,60 | 2.973.202,40 |
| Banco do Comércio | 15.675.062,00 | 17.340.261,20 | 2.140.000,00 | 2.376,60 | 35.157.690,80 |
| Banco Distrito Federal | 3.968,70 | — | — | 270.734,20 | 274.702,90 |
| Banco Paraná S. Catarina | — | 749.746,10 | — | — | 749.746,10 |
| Banco Crédito Agrícola | 80.000,00 | — | 1.066.222,00 | — | 1.146.222,00 |
| Caixa Econômica Federal | 583.935,70 | — | — | — | 583.935,70 |
| Inco Rio | — | 275.672,00 | — | — | 275.672,00 |
| TOTAIS | 20.540.978,00 | 19.684.288,40 | 3.898.161,10 | 483.020,50 | 44.606.448,00 |

Jorge Silva
Enc. do Controle
Francisco Gouvêa, pelo Subdiretor

Accácio Mello
Tesoureiro

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 25 DE JANEIRO DE 1955

RECEBIMENTOS

| | |
|-------------------------------|-------------------|
| Saldo do dia 24 (em caixa) | Cr\$ 1.557.514,00 |
| Receita orçamentária | 300,00 |
| Montepio | 42.110,20 |
| Anulação de despesas | 655,00 |
| Depósitos de diversas origens | 15.388,90 |
| A exercício de 1955 | 2.500.000,00 |
| | Cr\$ 4.115.968,10 |

PAGAMENTOS

| | |
|--|-------------------|
| Secretaria do Interior e Justiça | 21.700,00 |
| Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social | 142.065,00 |
| Secretaria da Fazenda | 213.853,40 |
| Secretaria da Segurança | 67.423,00 |
| Secretaria da Viação e Obras Públicas | 2.500.000,00 |
| Secretaria da Agricultura | 63.470,00 |
| Departamento de Estatística | 5.000,00 |
| Departamento de Geografia e Cartografia | 80.135,00 |
| Suprimentos | 150.000,00 |
| Depósitos de diversas origens | 450,00 |
| Montepio | 10.989,20 |
| Saldo na Tesouraria para o dia 26 | 858.882,50 |
| | Cr\$ 4.115.968,10 |

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

| Estabelecimentos | DO ESTADO | Depósitos especiais | Depósitos div. orig. | Montepio | Total |
|-------------------|------------|---------------------|----------------------|------------|------------|
| TESOURARIA | 337.786,80 | — | 137.081,40 | 388.014,30 | 858.882,50 |
| TOTAIS | 337.786,80 | — | 137.081,40 | 388.014,30 | 858.882,50 |

Jorge Silva
Enc. do Controle
Francisco Gouvêa, pelo Subdiretor

Accácio Mello
Tesoureiro

COMPANHIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S. A.

CONVOCAÇÃO

Assembleia geral ordinária

Ficam convidados os srs. acionistas para a assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 26 de março do corrente ano, às 17 horas, no escritório da sociedade, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Discussão e aprovação do balanço geral encerrado em 31 de de-

zembro de 1954, e parecer do conselho fiscal.

2º — Eleição do conselho fiscal e suplentes para o ano social de 1955.

3º — Assuntos de interesse social.

Aviso

Acham-se à disposição dos srs. acionistas, no escritório da sociedade, os documentos a que se refere o Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Brusque, 25 de janeiro de 1955.
Hugo Schlosser, diretor-presidente.
(3-3) (355)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

DIRETORIA DE FAZENDA

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 17 DE JANEIRO DE 1955

Saldo do dia 15 (em caixa) Cr\$ 389.301,30

RECEBIMENTOS

| | |
|--------------------------|-----------------|
| Arrecadação | 27.969,30 |
| Depositantes de dinheiro | 100.000,00 |
| | Cr\$ 517.270,60 |

PAGAMENTOS

DESPESA ORÇAMENTARIA

| | |
|--|-----------------|
| Administração geral | 1.612,00 |
| Segurança Pública e Assistência Social | 500,00 |
| Restos a pagar | 5.202,00 |
| BALANÇO | 509.956,60 |
| | Cr\$ 517.270,60 |

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

| | |
|---|-----------------|
| Na Tesouraria | 509.956,60 |
| No Banco de Crédito Popular e Agrícola c/aviso prévio | 251.171,40 |
| Na Caixa Econômica Federal c/empréstimo | 191.939,00 |
| | Cr\$ 953.067,00 |

Prefeitura do Município de Florianópolis, em 17 de janeiro de 1955.
W. D'Alascio
Of. Adm. enc. do controle
Visto — Reinaldo Alves, Diretor.

Mário Lobo
Tesoureiro

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 18 DE JANEIRO DE 1955

Saldo do dia 17 (em caixa) Cr\$ 509.956,60

RECEBIMENTOS

| | |
|-------------|-----------------|
| Arrecadação | 222.731,00 |
| | Cr\$ 732.687,60 |

PAGAMENTOS

DESPESA ORÇAMENTARIA

| | |
|------------------------------|-----------------|
| Serviços industriais | 10.674,00 |
| Serviço de Utilidade Pública | 168.260,40 |
| Restos a pagar | 20.405,00 |
| Receita Orçamentária | 9.592,00 |
| Depositantes de dinheiro | 23.667,00 |
| BALANÇO | 500.089,20 |
| | Cr\$ 732.687,60 |

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

| | |
|---|-----------------|
| Na Tesouraria | 500.089,20 |
| No Banco de Crédito Popular e Agrícola c/aviso prévio | 251.171,40 |
| Na Caixa Econômica Federal c/empréstimo | 191.939,00 |
| | Cr\$ 943.199,60 |

Prefeitura do Município de Florianópolis, em 18 de janeiro de 1955.
W. D'Alascio
Of. Adm. enc. do controle
Visto — Reinaldo Alves, Diretor.

Mário Lobo
Tesoureiro

INDÚSTRIA E COMÉRCIO TH. KROETZ S. A.

Assembleia geral ordinária CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária, no dia 26 de março de 1955, às 14 horas, na sede social, para deliberarem sobre a seguinte:

Ordem do dia

- 1) Leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço geral, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal referentes ao exercício de 1954.
- 2) Eleição dos membros do conselho fiscal e seus suplentes.
- 3) Assuntos diversos de interesse social.

Aviso aos acionistas

Acham-se à disposição dos senhores acionistas na sede social, todos os documentos de que trata o artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Pôrto União, 25 de janeiro de 1955.
Josephina Kroetz, presidente.
(3-3)

ROMANO MASSIGNAN S. A. — IN- DÚSTRIA E COMÉRCIO

Assembleia geral ordinária

São convidados os senhores acionistas, a se reunirem em assembleia geral ordinária, às 14 horas do dia 19 de março de 1955, na sede social, à rua Paraná s/n., a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Aprovação do balanço e contas do exercício de 1954, parecer do conselho fiscal e relatório da diretoria.
- 2º — Eleição da diretoria para o exercício de 1955.
- 3º — Eleição do conselho fiscal para o exercício de 1955.
- 4º — Assuntos de interesse social.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório da sociedade, os

MALHARIA BLUMENAU S. A.

Assembleia geral ordinária

Os acionistas da sociedade anônima "Malharia Blumenau S. A.", são convidados para comparecerem à assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 9 de março de 1955, às 15 horas, no escritório da sociedade, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Apresentação, discussão e aprovação do balanço fechado em 31 de dezembro de 1954, do relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal.
- 2º — Eleição do conselho fiscal, membros efetivos e suplentes para o exercício de 1955.
- 3º — Assuntos diversos de interesse social.

Nota: Acham-se à disposição dos senhores acionistas os documentos, exigidos pelo decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, artigo 99.

Blumenau, 4 de fevereiro de 1955.

Erich Steinbach, presidente.
Ralph Gross, diretor-gerente.
Felix Steinbach, diretor-técnico.

(3-2) (387)

documentos de que trata o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Joaçaba, 7 de fevereiro de 1955.

Romano Massignan, diretor-presidente.
Pedro Lindolfo Schneider, diretor-vice-presidente.
Waldemiro Massignan, diretor-gerente.

(3-2) (385)

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS

PARECER N. 391/55

Requer Ison Wilmar Rodrigues, Encarregado de Serviço ref. XIII, com exercício na Secretaria de Segurança Pública, reconsideração do parecer desta comissão.

2. Junta, para tal fim, como se vê dos autos, certidão passada pelo arquivista da S.S.P., comprovante não só do tempo em que ali serviu, na qualidade de investigador, como também da percepção de gratificação correspondente.

3. Sem embargo, no entanto, dos termos do referido documento, esta Comissão mantém seu ponto de vista expendido no Parecer n. 3.380/54, posto que não encontra no Estatuto vigente dispositivo em que possa apoiar o requerido.

4. No art. 100, da Lei 249, de 12 de janeiro de 1949, lê-se:

"Na contagem de tempo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-ão integralmente:"

E na letra d do mesmo dispositivo:

"o período em que o funcionário vier a servir aos governos federal, estadual ou municipal, mediante autorização expressa do chefe do Poder Executivo."

5. Tal não é o caso em apreço. Admitido nos serviços da S.S.P., em caráter particular e precário, percebia o postulante gratificação pela verba reservada.

6. Assim, em concordância com o Parecer anterior, somos pelo indeferimento. S.S., em 24 de janeiro de 1955.

Moacir Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 392/55

O Departamento de Saúde Pública propõe a admissão de Onorivalda Guimarães na função de Auxiliar de Escritório, referência VI, para ter exercício no Posto de Saúde de Araquari.

2. Foram apresentados os documentos exigidos por lei.

3. Nada temos a opor.

S.S., em 25 de janeiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente.

Hamilton J. Hildebrand, relator.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 393/55

Marta Claudio Machado, ocupante do cargo de Regente do Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado, com exercício na escola de Brusque do Sul, município de Orleans, requer elevação da percentagem do adicional.

2. Segundo informação de fls., já foi concedido à requerente a majoração de seu adicional através do Parecer n. 1.526/53, de 22 de outubro de 1953.

3. Pelo arquivamento.

S.S., em 24 de janeiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente.

Hamilton J. Hildebrand, relator.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 394/55

Requer Osvaldo Manoel da Silva, cado da 4ª C. I., da Polícia Militar do Estado, computo de tempo em dobro, referente à licença-prêmio.

2. De acordo com o informe prestado pelo Comando da Corporação, faz o requerente jus ao que pede, de vez que decorreram dois decênios, compreendidos no período de 14-8-1934 a 14-8-1954, sem que entrasse em gozo das licenças-prêmios.

3. Por força do art. 119, da Lei n. 1.057, de 11-5-1954, combinado com o art. 4º da Lei 438, de 11-10-1950, é de serem averbados nos assentamentos do militar dois anos de tempo de serviço.

Assim, pelo deferimento.

S.S., em 29 de janeiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen

PARECER N. 395/55

Requer João Olinischi, soldado da Polícia Militar do Estado, computo de tempo em dobro, referente à licença-prêmio.

2. De acordo com a informação prestada a fls. pelo Comando da Corporação, faz o requerente jus ao que pede, de vez que completou em 3-6-1951 o primeiro decênio sem que entrasse em gozo da licença-prêmio.

3. Com base no art. 119, da Lei 1.057, de 11-5-1954, combinado com o art. 4º da Lei 438, de 11-10-1950, é de ser averbado nos assentamentos do militar um ano de tempo de serviço.

Assim pelo deferimento.

S. S., 1º de fevereiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 396/55

Requer Claudionir dos Santos, soldado n. 1.300, do B. I. da Polícia Militar do Estado, computo de tempo em dobro, referente à licença-prêmio.

2. De acordo com o informe prestado pelo Comando da Corporação, faz o requerente jus ao que pede, de vez que completou em 3-6-1951 o primeiro decênio sem que entrasse em gozo de licença-prêmio.

3. Com base no art. 119, da Lei n. 1.057, de 11-5-1954 combinado com o art. 4º da Lei 438, de 11-10-50, é de ser averbado nos assentamentos do militar um ano de tempo de serviço.

Assim, pelo deferimento.

S. S., em 29 de janeiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 397/55

Requer Manoel Roque Falconi, soldado n. 341, da 2ª Cia. Isolada da Polícia Militar do Estado, computo de tempo em dobro referente à licença-prêmio.

2. De acordo com o informe prestado pelo Comando da Corporação, faz o requerente jus ao que pede, de vez que completou em 2-7-1946 o primeiro decênio sem que entrasse em gozo da licença-prêmio.

3. Com base no art. 119, da Lei 1057, de 1-5-1954, combinado com o art. 4º, da Lei n. 438 de 11-10-1950, é de ser averbado nos assentamentos do militar um ano de tempo de serviço.

Assim, pelo deferimento.

Moacir de Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 398/55

Requer Walter Sezimo Emerim, 3º sgt. da 4ª C. I., da Polícia Militar do Estado, computo de tempo em dobro, referente à licença-prêmio.

2. De acordo com o informe prestado pelo Comando da Corporação, faz o requerente jus ao que pede, de vez que completou em 23-5-1952 o primeiro decênio sem que entrasse em gozo de licença-prêmio.

3. Com base no art. 119, da Lei n. 1.057, de 11-5-54, combinado com o art. 4º da Lei 438, de 11-10-1950, é de ser averbado nos assentamentos do militar um ano de tempo de serviço.

Assim, pelo deferimento.

S. S., 1º de fevereiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 399/55

Requer Antônio Mattioli, Encarregado de Serviço ref. XIII, com exercício na Secretaria de Segurança Pública, reconsideração do Parecer desta Comissão.

2. Junta, para tal fim, como se vê

dos autos certidão passada pelo arquivista da S. S. P., comprovante não só do tempo em que ali serviu, na qualidade de investigador como também da percepção de gratificação correspondente.

3. Sem embargo, no entanto, dos termos do referido documento, esta Comissão mantém seu ponto de vista expendido no Parecer n. 3.381/54 posto que não encontra no Estatuto vigente dispositivo em que possa apoiar o requerido.

4. No art. 100, da Lei 249 de 12 de janeiro de 1949, lê-se:

"Na contagem de tempo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-ão integralmente:"

E na letra d do mesmo dispositivo:

"o período em que o funcionário vier a servir aos governos federal, estadual ou municipal mediante autorização expressa do chefe do Poder Executivo."

5. Tal não é o caso em apreço. Admitido nos serviços da S.S.P., em caráter particular e precário, percebia o postulante gratificação pela verba reservada.

6. Assim, em concordância com o Parecer anterior, somos pelo indeferimento.

S. S., em 25 de janeiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 400/55

O Departamento de Saúde Pública propõe seja contratado o dr. Holdemar Oliveira Menezes no cargo de Médico, com o salário mensal de Cr\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos cruzeiros).

2. Foram apresentados os documentos exigidos por lei.

3. Nada temos a opor.

S. S., em 25 de janeiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente.

Hamilton J. Hildebrand, relator.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 401/55

Requer Alzira Piccoli ocupante da função de Professor Provisório, com exercício na escola mista de Ribeirão Molha, distrito e município de Jaraguá do Sul, o benefício da Lei 820, de 30 de janeiro de 1953.

2. Consoante os informes das Repartições competentes, que lhe transcrevem a ficha funcional, tem a requerente o interstício legal para o direito pleiteado.

3. De conformidade, pois, com o estabelecido pela Lei supra citada, poderá a funcionária ser equiparada a Professor Complementarista, referência VII, para o que será sancionado o respectivo ato.

Pelo deferimento.

S. S., 1º de fevereiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 402/55

Requer Simone Pereira Milioli, regente do Ensino Primário, com exercício no G. E. "Antônio João", de Içara, município de Criciúma, licença-prêmio.

2. Preliminarmente, observe-se que deveria o seu requerimento ser encaminhado ao exmo. sr. Governador do Estado, através da autoridade superior a da postulante.

3. Em Parecer n. 872/52, julgando processo idêntico da interessada, esta Comissão lhe indeferiu o pedido, em vista das várias licenças para tratamento de saúde que interromperam o decênio.

4. Fazem agora prova nos autos as cópias das portarias que lhe autorizaram as referidas licenças, pelas quais se constata que com excesso de uma, de n. 2.946 de 12-9-45, concedida por 45 dias, as demais o foram por motivo de gestação.

5. De conformidade pois, com o disposto no art. 178 § 1º, letra b, do esta-

tuto vigente é de se conceder a licença prêmio relativa ao decênio compreendido entre 1938 a 1948.

Pelo deferimento.

S. S., 1º de fevereiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 403/55

Requer Manoel Tibúrcio Ferreira, soldado da Polícia Militar do Estado, sua reforma compulsória.

2. Submetido a exame pelo Serviço de Saúde da Corporação, foi constatado positivamente que o postulante podia reiniciar as atividades "em setor de pouca responsabilidade", com mais a observação seguinte: "o soldado em referência procura simular o seu estado para tirar proveito em causa própria."

3. Reexaminado posteriormente pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais, mantiveram os médicos a alta experimental, dando-o como apto para a atividade militar, sob as mesmas condições espostas no item anterior.

4. Pelo exposto não se justifica a reforma compulsória que tão ajuizadamente requer o interessado.

S. S., 1º de fevereiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 404/55

Requer Francisco Alexandre Ramos, soldado n. 206, da 1ª C.I., da Polícia Militar do Estado, computo de tempo em dobro, referente à licença-prêmio.

2. De acordo com o informe prestado pelo Comando da Corporação, faz o requerente jus ao que pede, de vez que concluiu em 5-6-1946 o primeiro decênio, sem que entrasse em gozo de licença-prêmio.

3. Com base no art. 119, da Lei n. 1.057, de 11-5-1954, combinado com o art. 4º, da Lei 438, de 11-10-1950, é de ser averbado nos assentamentos do militar um ano de tempo de serviço.

Assim, pelo deferimento.

S.S., 1º de fevereiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 405/55

Requer Pedro Gomes Ferreira, soldado n. 436, da 3ª C.I., da Polícia Militar do Estado, computo de tempo em dobro, referente à licença-prêmio.

2. De acordo com o informe prestado pelo Comando da Corporação, faz o requerente jus ao que pede, de vez que completou em 24 de janeiro do corrente ano, dois decênios de atividades, sem que entrasse em gozo das licenças-prêmios.

3. Com base no art. 119, da Lei n. 1.057, de 11-5-1954, combinado com o art. 4º, da Lei n. 438, de 11-10-1950, é de serem averbados nos assentamentos do militar dois anos de tempo de serviço.

Assim, pelo deferimento.

S. S., 1º de fevereiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Alcides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 406/55

Requer Raimundo Brasil, 2º sargento da 4ª C.I., da Polícia Militar do Estado, computo de tempo em dobro, referente à licença-prêmio.

2. De acordo com o informe prestado pelo Comando da Corporação, faz o requerente jus ao que pede, de vez que decorreram dois decênios, compreendidos no período de 12-8-1932 a 12-8-1952, sem que entrasse em gozo das licenças-prêmios.

3. Por força do art. 119, da Lei 1.057 de 11-5-1954, combinado com o art. 4º da Lei 438, de 11-10-1950, é de serem verba-

JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE LAJES

Edital de citação

O doutor Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da Segunda Vara, em exercício na Primeira Vara, desta comarca de Lajes, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei, etc.

Faço saber aos que o presente edital de citação, com o prazo de trinta (30) dias virem, dele conhecimento tiverem ou interessar possa, que por parte de Otávio Monteiro Schemes, brasileiro, casado, domiciliado e residente nesta comarca, me foi feita a seguinte petição: "Exmo. sr. dr. juiz de direito da 1ª Vara, Otávio Monteiro Schemes, brasileiro, casado, lavrador, residente nesta comarca, por seu Assistente Judiciário infra assinado, advogado inscrito sob n. 408 na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção deste Estado, e com escritório à rua Aristiliano Ramos n. 86 nesta cidade, vem perante v. excia. para, com fundamento nos artigos 550, do Código Civil e 454 e seguintes do Código de Processo Civil, expor e afirmar requerer, o que segue: I — Que, há mais de 30 anos possui o suplicante como seu, um terreno medindo 327.946m², mais ou menos, situado no lugar denominado "Fazenda São Luiz dos Pintos", distrito de Campo Belo do Sul desta comarca, onde reside, e mantém criações, lavouras, roças e plantações. II — Que, a posse do suplicante sobre o mencionado terreno, tem sido exercida mansa e pacificamente, sem interrupção, nem oposição de espécie alguma. III — Que, o terreno referido, parte da antiga Fazenda São Luiz dos Pintos, tem atualmente as seguintes confrontações: "com terras de Sebastião Varella Schemes, de Elza Schemes, de Otávio Monteiro Schemes, de Nereu Chaves Wolff, de Aristeu Pucci, de João da Silva Varella, e de Sebastião Menotti Pucci". IV — Que, embora possuindo o imóvel mansa e pacificamente, sem interrupção, com ânimo de dono, não tem o suplicante qualquer título com o qual, a todo tempo possa provar a sua qualidade de proprietário. V — Que, e no sentido de regularizar o seu direito, com o reconhecimento judiciário do seu domínio sobre o imóvel, que o suplicante propõe a presente ação, para a qual dá fundamento o artigo 550 do Código Civil, segundo o qual, é permitida a legalização da posse a todo aquele que preencha os seguintes requisitos: a) ocupação por mais de 30 anos com ânimo de dono; b) mansa e pacificamente; c) sem interrupção ou oposição de qualquer espécie. VI — Que, o suplicante tem realmente, o prazo legal necessário à pres-

criação aquisitiva do imóvel, porquanto a sua posse sobre o mesmo vem de mais de 30 anos, mansa e pacificamente exercida. Nestas condições, respeitosamente requer que, depois de processada e julgada a justificação, na forma do art. 454, e seguintes, do Código de Processo Civil, presente o dr. 1º Promotor Público e ouvidas as testemunhas abaixo arroladas, se digne v. excia. mandar citar os confinantes do imóvel e o dr. 1º Promotor Público, bem assim como, por editais de 30 dias, os interessados incertos para contestarem no prazo legal, querendo, a presente ação, em virtude de qual, e na forma do artigo 550 do Código Civil, deverá ser reconhecido e declarado o domínio do suplicante sobre o terreno descrito, prosseguindo-se como de direito até final sentença, que servirá de título habilitado para a transcrição no registro de imóveis. Nestes termos, protestando provar o alegado, se necessário, com testemunhas, documentos, vistoria, depoimentos pessoais, e mais meios de prova em Direito admitidos, e dando à causa, para os efeitos legais o valor de dois mil e cem cruzeiros, pede e E. R. Deferimento. Lajes, 8 de janeiro de 1954. (ass.) João Gualberto da Silva Netto, Assistente Judiciário. Rol das testemunhas: 1) Júlio Correia Furtado, 2) Manoel de Moraes Varella, 3) Cecílio Antônio Varella, 4) Dinarte Pucci. (ass.) João Gualberto da Silva Netto". Despacho: A. Designe-se dia e hora para a justificação, feitas as necessárias intimações. Lajes, 8-1-1954. (ass.) B. Costa". Realizada a justificação, foi proferido o seguinte despacho: Citem-se, por mandado os confrontantes conhecidos e residentes nesta comarca, e por editais com o prazo de trinta dias, publicados uma vez no "Diário Oficial do Estado" e na imprensa local, os interessados incertos, para que contestem o pedido, querendo, no prazo legal de 10 dias, de acordo com o art. 455 do Código de Processo Civil. Citem-se também o dr. Promotor Público da 1ª Vara Lajes, 26 de janeiro de 1955. (ass.) Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara, em exercício na 1ª. E para que ninguém alegue ignorância, muito especialmente os interessados incertos, passou-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Lajes, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco (29-1-1955). Eu, Waldeck Aurélio Sampaio, escrivão do Cível e Comércio da 1ª Vara, o dactilografei, subscreevi e assino. Selos final. Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara em exercício na 1ª. Waldeck Aurélio Sampaio, escrivão do Cível. (792)

Edital de citação

O doutor Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da Segunda Vara, em exercício na Primeira Vara, desta comarca de Lajes, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei, etc.

Faço saber aos que o presente edital de citação, com o prazo de trinta (30) dias virem, dele conhecimento tiverem ou interessar possa, que por parte de Leônidas Ribeiro dos Santos, brasileiro, solteiro, maior, domiciliado e residente no lugar denominado Morro do Chapéu, distrito de Campo Belo do Sul desta comarca, me foi dirigida a seguinte petição: "Exmo. sr. dr. juiz de direito da 1ª Vara desta comarca, Leônidas Ribeiro dos Santos, brasileiro, solteiro, maior, trabalhador rural, domiciliado e residente no lugar denominado Morro do Chapéu, distrito de Campo Belo do Sul, desta comarca, por seu assistente judicial, advogado inscrito na Seção de Santa Catarina e da Ordem dos Advogados do Brasil, sob n. 392, vem expor e afirmar requerer o seguinte: Que o requerente Leônidas Ribeiro dos Santos ocupa de longa data uma pequena parte de campos e matos, na Fazenda do Morro do Chapéu, no distrito de Campo Belo do Sul, com a área superficial de duzentos mil metros quadrados, mais ou menos, onde tem sua casa de moradia, construída de madeira, com benfeitorias, árvores fru-

tíferas, criações de porcos, vacum e mantem seus cavalos; Que o requerente pretende adquiri-la por usucapião "pro-labore", segundo os termos do art. 165, § 3º da Constituição Federal e art. 221 da Constituição Estadual, e com este objetivo quer perante v. excia. justificar, com os depoimentos das testemunhas abaixo arroladas que: a) não é proprietário agrícola e nem urbano; b) há mais de vinte anos tem posse atual e ininterrupta, tranquila e incontestada do referido imóvel, cujos confrontantes por seus diversos lados com terras de José Ribeiro de Chaves, conhecido por Zeca Chaves e com terras de Maria Rosa, contendo o terreno banhados, vertentes, pedra ferro, uma pequena lavoura; c) o terreno compreende uma forma retangular, dentro da qual o requerente estabeleceu sua morada efetiva e habitual; d) o requerente cultiva esse terreno com o seu próprio trabalho e auxiliado por membros de sua família, fazendo-o produzir; e) e desde que sobre o terreno está por ele requerente ocupado, nunca reconheceu qualquer domínio de outrem sobre o dito terreno. Neste preposto, requer a v. excia. a designação de dia e hora, afim de que possa produzir prova do alegado, intimando-se o Representante do Ministério Público da comarca, na forma da lei. Julgada a justificação, que sejam citados pessoalmente os confrontantes e suas mulheres, se casados forem, bem como, por edital os interessados ausentes e incertos, para que todos os interessados dentro do prazo legal a contar da citação e sob pena de revelia, apresentem, querendo, a contestação porventura tiverem. Não sendo contestada a ação, pede, outrossim que seja ela julgada de plano, por sentença, para atribuir ao autor o domínio das terras descritas. Para os efeitos legais indica como meio de prova, depoimento de testemunhas, vistorias, arbitramento e mais provas que se fizerem necessárias. Rol de testemunhas: 1) Alexandre Ghiorzi, domiciliado e residente em Lajes, 2) Octacílio Caetano de Oliveira Couto, auxiliar de Justiça, 3) Lauro da Costa Varella, funcionário estadual, 4) Jerônimo Rodrigues de Moraes, As testemunhas se apresentaram independentemente de intimação. Nestes termos pede deferimento. Lajes, 8 de novembro de 1954. (ass.) Mário Teixeira Carrilho, Assistente Judiciário". Despacho: A. Designe-se dia e hora para a justificação prévia, feitas as necessárias intimações. Lajes, 8-11-1954. (ass.) B. Costa". Realizada a justificação, foi proferido o seguinte despacho: Citem-se, por mandado, os confrontantes conhecidos e residentes nesta comarca, e por editais, com o prazo de trinta dias, publicados uma vez no "Diário Oficial do Estado" e na imprensa local, os interessados incertos, para que contestem o feito, querendo, no prazo legal de 10 dias, conforme preceitua o artigo 455 do Código de Processo Civil. Citem-se também o dr. Promotor Público da 1ª Vara Lajes, 26 de janeiro de 1955. (ass.) Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara, em exercício na 1ª. "E para que ninguém alegue ignorância, muito especialmente os interessados incertos, passou-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Lajes, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco (29-1-1955). Eu, Waldeck Aurélio Sampaio, escrivão do Cível e Comércio da 1ª Vara, o dactilografei, subscreevi e assino. Selos final. Aristeu Ruy de Gouvêa Schiefler, juiz de direito da 2ª Vara em exercício na 1ª. Waldeck Aurélio Sampaio, escrivão do Cível. (793)

Pede-se com empenho aos srs. assistentes pronto aviso em caso de qualquer mudança de endereço.

Outrossim solicita-se o favor de comunicar qualquer irregularidade verificada na expedição do jornal.

COMERCIO DE AUTOMOVEIS JOÃO BUATIM S/A

Assamblea geral ordinária

1ª CONVOCAÇÃO

Pela presente, ficam convidados os senhores acionistas da sociedade acima designada a comparecerem à assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 26 de fevereiro de 1955, às nove horas, no escritório desta sociedade, sito à rua Mal. Deodoro, n. 305, em Lajes, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Exame, discussão e aprovação das contas da diretoria, notadamente do balanço, lucros e perdas, parecer do conselho fiscal, referentes ao exercício de 1954.

2º — Eleição do conselho fiscal e suplentes para o exercício de 1955.

3º — Assuntos de interesse social.

Lajes, 30 de janeiro, diretor-presidente.

(3-1) (400)

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, à rua Mal. Deodoro, 305, os documentos de que trata o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, referentes ao balanço encerrado em 31 de outubro de 1954.

Lajes, 30 de janeiro, diretor-presidente.

(3-1) (401)

MINISTERIO DO TRABALHO INDUSTRIA E COMERCIO

16ª Delegacia Regional do Trabalho

SECÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

Edital n. 2/55

Devem apresentar suas defesas ao protocolo da 16ª Delegacia Regional do Trabalho, sita à Praça Pereira e Oliveira, edifício IPASE, nesta Capital, dentro do prazo de cinco (5) dias úteis, a contar desta publicação, conforme preceitua o § 2º, do artigo 629, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, as seguintes firmas:

K. Silva, estabelecida à rua Antônio João, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. Infração do artigo 433, letra a, da C. L. T. Auto de infração n. 593.

Sociedade de Imóveis e Administração Ltda., estabelecida à rua Otto Boehm, n. 62, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. Infração do artigo 433, letra a, da C. L. T. Auto de infração n. 594.

Paulo Marino Leite, fiscal.

Visto: Florianópolis, 7 de fevereiro de 1955.

Waldir Rosa, delegado regional do Trabalho, substituto. (791)

INDUSTRIA E COMERCIO W. WEEGE S. A.

ASSEMBEIA GERAL ORDINARIA

Convocação

São convocados os senhores sócios desta sociedade para a assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 25 de abril de 1955, às 15 horas, em Barra do Rio Cerro, afim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia:

I — Aprovação do balanço e contas do exercício de 1954.

II — Eleição do novo conselho fiscal.

III — Assuntos de interesse da Sociedade.

Nota

Acham-se à disposição dos srs. acionistas os documentos a que se refere o artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Barra do Rio Cerro (Jaraguá do Sul), em 6 de janeiro de 1955.

Wolfgang Weege, presidente.

(3-1) (432)

dos nos assentamentos do militar dois anos de tempo de serviço.

Assim, pelo deferimento.

S. S., em 28 de janeiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente e relator

Hamilton J. Hildebrand.

Aleides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 407/55

Requer Zeferina Bittencourt Teles, professora aposentada, os benefícios da Lei n. 1.075, de 9 de junho de 1954.

2. Efetivou-se-lhe a aposentadoria em 28-1-54, com os proventos de Cr\$760,00 mensais, segundo os termos do Parecer n. 2.632/53, desta Comissão.

3. Não poderia, antes do ato competente do Chefe do Poder Executivo, entrar a requerente, conforme alega, em gozo de aposentadoria, Poderia, sim, estar em licença para tratamento de saúde.

4. Em vista, pois, de ter sido a sua aposentadoria posterior à Lei supra citada, não assiste direito a requerente para o aumento concedido nos inativos.

Pelo indeferimento.

S. S., 1º de fevereiro de 1955.

Moacir de Oliveira, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand.

Aleides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

**INDUSTRIA DE MADEIRAS
JANSSEN S. A.**

Ata da assembléa geral

Aos três dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco, nesta cidade de Jaraguá do Sul, no escritório da firma, à Avenida Getúlio Vargas, às nove horas, presentes os acionistas constantes do livro de presença representando trezentos e uma (301) ações com direito a voto, ficando assim legalmente constituída a assembléa. Foi aclamado para presidente da mesa o sr. Walter Janssen, que convidou a mim, Sérgio Thomsen, como secretário. A seguir, mandou o sr. presidente, ler o edital da convocação, publicado no jornal "Correio do Povo", edições de 21 e 28 de novembro e 5 de dezembro de 1954, jornais n. 1.818, 1.819 e 1.820, e no "Diário Oficial do Estado" de Santa Catarina, dias 22, 23 e 26 de novembro de 1954, jornais n. 5.260, 5.261 e 5.263 e a submeter a apreciação da casa o primeiro item da ordem do dia: Aprovação do balanço e contas do exercício de 1954. Depois de discutidos amplamente, foram aprovados por unanimidade de votos o balanço geral, encerrado em 31 de outubro de 1954, a conta de lucros e perdas, o relatório da diretoria e o parecer do conselho fiscal, tendo-se escusado de votar o sr. diretor, João Batista Rudolf. Tratando-se a seguir do segundo item da ordem do dia: "Eleição da nova diretoria", foi aclamado por unanimidade de votos, para diretor-gerente o sr. João Batista Rudolf, reeleito para biênio de 1955 a 1957. Em seguida tratou-se do terceiro item da ordem do dia: "Eleição do conselho fiscal e seus suplentes, foram reeleitos por unanimidade votos os mesmos membros efetivos e suplentes do conselho fiscal do exercício anterior, como sendo os srs. Henrique Geffert, Sérgio Thomsen e a sra. Edith C. L. Franco para membros efetivos do conselho fiscal e como suplentes os srs. Eudênio Vitor Schoeckel, Rolando Janssen e Artur Zimmermann. Quanto ao quarto item do dia: "Assuntos de interesse social" e como ninguém quizes fazer uso da palavra, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta sessão, mandando o sr. presidente lavrar a presente ata, que lida e achada conforme vai por todos os presentes assinada, depois de aprovada e que eu, Sérgio Thomsen, secretário, escrevi e assinou. (Assinado) Walter Janssen, Johanna Enke, Bruno Mahnke, João Batista Rudolf, Henrique Geffert, Ney Franco, Luiz de Souza, Bruno Bescke, Harry Grubba, Amadeu Mahfud. Está conforme o original. Jaraguá do Sul, 3 de janeiro de 1955. O secretário: Sérgio Thomsen. (415)

**COMERCIO E INDUSTRIA WALTER
SCHMIDT S. A., LOJAS**

Assembléa geral ordinária

Pelo presente são convidados os srs. acionistas desta sociedade para a assembléa geral ordinária, a realizar-se na sede da sociedade, à rua 15 de Novembro, n. 1.495, nesta cidade de Blumenau, às 14 (quatorze) horas do dia 5 de março de 1955, afim de deliberarem sobre a seguinte:

Ordem do dia

- 1º — Apresentação, discussão e aprovação do relatório da diretoria, balanço geral encerrado em 31 de dezembro de 1954 e demais contas do exercício de 1954;
- 2º — Eleição da diretoria;
- 3º — Eleição do conselho fiscal e seus suplentes para o exercício de 1955;
- 4º — Assuntos diversos de interesse da sociedade.

Aviso

Acham-se à disposição dos srs. acionistas, no escritório da sociedade, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Blumenau, 20 de janeiro de 1955.

R. Nebelung, diretor-gerente.

(3-1)

**FABRICA DE GAZES MEDICINAES
CREMER S. A.**

Aviso aos acionistas

Acham-se à disposição dos srs. acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, relativos ao balanço encerrado em 31 de dezembro de 1954.

Blumenau, 19 de janeiro de 1955.

Heinz Schrader, diretor-presidente.

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA
Convocação**

São convidados os srs. acionistas desta sociedade para a assembléa geral ordinária, a realizar-se às nove (9) horas do dia 22 de março do corrente ano, em uma das salas do Teatro Carlos Gomes, em Blumenau, afim de deliberarem sobre a seguinte:

Ordem do dia

- 1º — Exame e apreciação do relatório, atos e contas da diretoria, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1954, e respectivo parecer do conselho fiscal;
- 2º — Eleição dos membros do conselho fiscal, com fixação dos honorários respectivos;
- 3º — Assuntos gerais de interesse social.

Aviso

Consoante o estatuto no art. 27 dos estatutos sociais, as pessoas presentes à assembléa geral deverão provar a sua qualidade de acionista, exibindo os respectivos títulos ou certificado de depósito dos mesmos no Banco Inco.

Blumenau, 20 de janeiro de 1955.

Heinz Schrader, diretor-presidente.

(3-1)

CINE THEATRO TAMOIO S/A

Assembléa geral extraordinária

1ª CONVOCAÇÃO

Convidam-se os senhores acionistas do Cine Teatro Tamóio S. A., a se reunirem em assembléa geral extraordinária, no dia 26 de fevereiro de 1955, às 15 horas, na sede social sita à rua Marechal Deodoro n. 170, nesta cidade de Lajes, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

Ordem do dia

- 1º — Reforma dos Estatutos Sociais.
- 2º — Obras de ampliação e melhoramentos.
- 3º — Assunto de interesse geral.

Lajes, 5 de fevereiro de 1955.

Dr. Carmosino Camargo de Araujo, diretor-presidente.

(3-1)

**INDUSTRIA E COMERCIO LUIZ
DALL'OGGIO S/A**

Assembléa geral ordinária

Ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade, para reunirem-se em assembléa geral ordinária, a realizar-se no dia 26 de março de 1955, às 15 horas, na sede social, a rua São Sebastião s/n., no povoado de Barra Fria, distrito de Herval Velho, do município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, a fim de tomarem conhecimento, e deliberarem sobre a seguinte:

Ordem do dia

- 1º — Apresentação e aprovação do relatório, da diretoria, balanço, conta de lucros e perdas, parecer do conselho fiscal e demais contas relativas ao exercício de 1954;
- 2º — Proceder a eleição do conselho fiscal e seus suplentes, para o exercício de 1955;
- 3º — Assuntos de interesses social.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório da sociedade, os documentos a que se refere o artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Barra Fria, 21 de janeiro de 1955.

Zeferino B. Dall'Oglio, diretor vice-presidente.

(3-1)

REGISTRO CIVIL

Editai

Faço saber que pretendem casar-se: Walter Brognoli e Sônia do Nascimento Renzetti, solteiros, comerciantes, naturais deste Estado. Ele, domiciliado e residente no primeiro sub-distrito desta Capital, filho de Emílio Brognoli e Aldée Brognoli. Ela, domiciliada e residente neste sub-distrito, filha de João Baptista Renzetti Júnior e Maria do Nascimento Renzetti.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Estreito, 4 de fevereiro de 1955.

Odilon Bartolomeu Vieira, oficial.

(405)

Editai

Faço saber que pretendem casar-se: Paulo Athayde Pires Filho e Hilma Machado, solteiros. Ele, militar, natural do Estado do Rio Grande do Sul, domiciliado e residente no primeiro sub-distrito desta Capital, filho de Paulo Athayde Pires e Maria Francisca Araújo Pires. Ela, doméstica, natural deste Estado, domiciliada e residente neste sub-distrito, filha de Pedro de Alcântara Machado e Leopoldina da Silva Machado.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Estreito, 7 de fevereiro de 1955.

Odilon Bartolomeu Vieira, oficial.

(406)

Editai

Faço saber que pretendem casar-se: Jordelino Vicente e Laura Nunes de Carvalho, solteiros, brasileiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste 3º Sub-distrito do Município de Florianópolis. Ele, comerciante, filho de Maria Inês Almeida. Ela, doméstica, filha de João Coelho de Carvalho e Ibrantina Nunes de Carvalho.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Saco dos Limões, 5 de fevereiro de 1955.

Plácido Sérgio Alves, oficial.

(404)

Editai

Faço saber que pretendem casar-se: Oswaldo Ezequiel da Silveira e Célia Rita Delfina, solteiros, brasileiros, naturais deste Estado, residentes neste 3º Sub-distrito do Município de Florianópolis. Ele, operário, filho de Roberto Ezequiel da Silveira e Emília da Silveira. Ela, doméstica, filha de Apolinário José Braz e Rita Delfina de Jesus.

(403)

Walmor Lopes de Carvalho e Armanda Duarte, solteiros, brasileiros, naturais deste Estado, residentes neste 3º Sub-distrito do Município de Florianópolis. Ele, alfaiate, filho de Emílio Lopes de Carvalho e Paulina Lopes de Carvalho. Ela, doméstica, filha de Manoel Alexandre Duarte e Maria Zeferina Duarte.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Saco dos Limões, 7 de fevereiro de 1955.

Plácido Sérgio Alves, oficial.

(402)

Editai

Faço saber que pretendem casar-se: Marcino Manoel Ramos e Elza Laudelina Ramos, solteiros, naturais deste Estado e nascido neste distrito. Ele, sargento músico, da Polícia Militar, residente e domiciliado em Florianópolis, filho de Manoel José Ramos e Genuína Francisca Ramos. Ela, doméstica, residente e domiciliada neste distrito, filha de Teodoro Firminio Ramos e Laudelina Maria Ramos.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Ribeirão da Ilha, 3 de fevereiro de 1955.

João José Dávila, oficial.

(413)

Editai

Faço saber que pretendem casar-se: Arlindo Fausto e Marina Leandra da Silva. Ele, brasileiro, solteiro, lavrador, natural deste Estado, domiciliado e residente no distrito de Canasvieiras, filho de Francisco Fausto de Bitencourt e Maria Narciza de Bitencourt. Ela, brasileira, solteira, doméstica, natural deste Estado, domiciliada e residente neste

H. WALTER S. A.

CONVOCAÇÃO

Assembléa geral ordinária

São convidados os senhores acionistas para a assembléa geral ordinária, a realizar-se às 13 horas do dia 27 de fevereiro próximo vindouro, no escritório da sociedade em Campo Alegre, à Avenida Getúlio Vargas, afim de deliberarem sobre o seguinte:

- 1º — Relatório da diretoria, balanço, conta de lucros e perdas e mais documentos relativos ao exercício de 1954.
- 2º — Eleição do conselho fiscal e respectivos suplentes para o exercício de 1955.
- 3º Assuntos diversos de interesse social.

Aviso

Comunicamos aos senhores acionistas que se acham à sua disposição, na sede social, em Campo Alegre, os documentos mencionados no art. 99, de decreto-lei n. 2.627 de 26 de setembro de 1940.

Campo Alegre, 12 de janeiro de 1955.

Helmuth Walter, diretor-presidente.

(3-1)

(418)

COMPANHIA AUTO MAFRA

Aviso aos acionistas

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, à rua Felipe Schmidt, n. 1.204/1.224, nesta cidade, os documentos a que se refere o artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, relativos ao exercício de 1954.

Mafrá, 1º de fevereiro de 1955.

Frederico Heyse, diretor.

Assembléa geral ordinária

CONVOCAÇÃO

Pela presente, ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade para comparecerem à assembléa geral ordinária, a realizar-se no dia 26 de março do corrente ano, às 15 horas, na sede social, à rua Felipe Schmidt, n. 1.204/1.224, para deliberarem sobre o seguinte:

Ordem do dia

- 1º — Discussão e votação do relatório da diretoria, balanço, conta de lucros e perdas e demais documentos referentes ao exercício de 1954, bem como o parecer do conselho fiscal.
- 2º — Eleição da diretoria.
- 3º — Eleição do novo conselho fiscal e respectivos suplentes.
- 4º — Assuntos diversos de interesse social.

Mafrá, 1º de fevereiro de 1955.

Frederico Heyse, diretor.

(3-1)

(398)

**FABRICA DE ARTEFATOS TEXTIS
"ARTEX" S. A.**

Assembléa geral extraordinária

1ª CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas desta sociedade, para comparecerem à assembléa geral extraordinária, a ser realizada na sede desta sociedade, à rua Progresso, n. 150, nesta cidade de Blumenau, pelas 16 (dezoito) horas do dia 28 (vinte e oito) de fevereiro do ano corrente, com a seguinte:

Ordem do dia

- 1º — Aumento do capital social e alteração dos estatutos da sociedade.
- 2º — Outros assuntos de interesse da sociedade.

Blumenau, 4 de fevereiro de 1955.

Arno Zadrozny, diretor-gerente.

(3-1)

(396)

distrito, filha de Lino Manoel da Costa e Genoveva Maria da Silva.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Cachoeira do Bom Jesus, 7 de fevereiro de 1955.

Francisco de Assis Vieira, oficial.

(397)

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

PRAÇA — ITAJAI (S. C.)

Licenças de Exportação emitidas, de 17 a 23-1-55
RELAÇÃO N. 3/55

| Número | EXPORTADOR | MERCADORIA | | VALOR E M | | Peso líquido | Kgs. | Cif | Moeda estrangeira | Porto de embarque | País de destino | | | |
|---|---|------------|---|-----------|--|--------------|------|--------------|-------------------|-------------------|-----------------|--|-------------------------|-------|
| | | Classif. | Especificação | | | | | | | | | | | |
| 305-55/13-13 | Exportadora de Madeiras Sul Brasil Ltda. .. | 2.22.30 | 43.013 p/2 de Pinho serrado, de 1/11 qualidade | | | 60.867 | | 71.074,70 | US\$ | 3.871,17 | Itajai | U. S. A. | | |
| 14-14 | Ind. e Com. de Madeiras S. A. | 2.22.30 | 500.000 p/2 de Pinho serrado, de 1/11 qualidade | | | 707.547 | | 1.055.700,00 | US\$ | 57.500,00 | Itajai | Argentina | | |
| Pelo BANCO DO BRASIL S/A. — Itajai (S. C) | | | | | | | | | | | | José Antônio Navarro Lima — Gerente. | Roberto Carvalho Barros | |
| | | | | | | | | | | | | Licenças de Importação emitidas, de 17 a 23-1-55 | | (343) |

Pelo BANCO DO BRASIL S/A. — Itajai (S. C.)

José Antônio Navarro Lima — Gerente.

Roberto Carvalho Barros

PRAÇA — ITAJAI (S. C.)

Licenças de Importação emitidas, de 17 a 23-1-55
RELAÇÃO N. 3/55

| Número | IMPORTADOR | Classif. | Especificação | MERCADORIA | | Promessa de venda de câmbio | Cat. | Peso líquido | Kgs. | VALOR E M | | País de procedência | Porto de descarga |
|------------|----------------------------------|----------|--|------------|---------------|-----------------------------|---------|--------------|------|------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| | | | | Classif. | Especificação | | | | | Cif | Moeda estrangeira | | |
| 305-55/2-2 | Cia. Fabrica de Papel Itajai ... | 2.23.12 | Celulose Sulfite branqueada marca "Itajai Asp" ... | | | 2a | 7.988/9 | 27.760 | | 112.820,00 | US\$ Fiml. | 5.400,00 | Finlândia |

Pelo BANCO DO BRASIL S/A. — Itajai (S. C.)

José Antônio Navarro Lima — Gerente.

Roberto Carvalho Barros

COMERCIAL VIEIRA BRUNS S. A.

Assembléia geral ordinária

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em assembléia geral ordinária, na sede social, à rua 15 de Novembro, 923, em Blumenau, às 14 horas do dia 15 de março de 1955, afim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º) Leitura, deliberação sobre o relatório da diretoria, balanço geral, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, tudo relativo ao exercício de 1954;
- 2º) Eleição da diretoria para o período de 1955 a 1960;
- 3º) Eleição do conselho fiscal e respectivos suplentes;
- 4º) Assuntos diversos de interesse social.

AVISO

Acham-se à disposição dos senhores acionistas no escritório desta sociedade, à rua 15 de Novembro, 923, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Blumenau, 25 de janeiro de 1955.
José Marques Vieira, diretor-gerente.
Frederico Bruns, diretor-gerente.

Assembléia geral extraordinária

A diretoria solicita ainda aos senhores acionistas que se dignem comparecer à assembléia geral extraordinária que deverá realizar-se às 17 horas do mesmo dia e no mesmo local já citado no edital de convocação para a assembléia geral ordinária, para discutir sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º) Reforma dos estatutos.
 - 2º) Assuntos diversos de interesse social.
- Blumenau, 25 de janeiro de 1955.
José Marques Vieira, diretor-gerente.
Frederico Bruns, diretor-gerente.

(3-3)

(377)

EDITAL

Ana K. Werpachowski, declara para efeito de emissão de 2ª via, que a apólice de seguro de Vida Total n. 185/45, imitada pelo Ipase, acha-se extraviada.

(362)

Editais

Osny Tolentino da Silva, declara para efeito de emissão de 2ª via, que a apólice de seguro de Vida Pagamentos Limitados n. 187.620, emitida pelo Ipase, acha-se extraviada.

(362)

FUNDAÇÃO HERCULES S. A.

Assembléia geral ordinária

Pelo presente, são convocados os senhores acionistas desta sociedade para a assembléia geral ordinária, a realizar-se na sede social da sociedade, à rua do Centenário, 188, nesta cidade de Brusque, às 15 horas do dia 26 de março de 1955, afim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º) Apresentação, discussão e aprovação do relatório da diretoria, balanço geral encerrado em 31 de dezembro de 1954, e demais contas do exercício de 1954.
- 2º) Eleição da nova diretoria.
- 3º) Eleição do conselho fiscal e seus suplentes para o exercício de 1955.
- 4º) Assuntos diversos de interesse da sociedade.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório desta sociedade, à rua do Centenário, 188, nesta cidade, os documentos a que se refere o artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Brusque, 5 de fevereiro de 1955.
Oswaldo Loos, diretor.

(3-2)

(389)

SERRARIAS REUNIDAS IRMAOS FERNANDES S. A.

Assembléia geral extraordinária CONVITE

São convidados os senhores acionistas para a assembléia geral extraordinária que se realizará no dia 15 de fevereiro próximo, às 14 horas, na sede social, à rua Fernando Machado n. 85, afim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- a) Conversão de ações "nominativas" em "ao portador";
- b) Assuntos eventuais de interesse social.

Porto União, 26 de janeiro de 1955.

Joaquim Fernandes Luiz, diretor-presidente.

(3-3)

(375)

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Secção de Santa Catarina

CONVENÇÃO REGIONAL Edital de convocação

De acordo com os Estatutos Nacionais, convoco os senhores membros do Diretório Regional, representantes desta Secção no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa, Delegados Municipais e Representantes dos Departamentos Especializados para a Convenção Regional, a realizar-se nos dias 15 e 16 do corrente mês e ano, na sede do Partido, à rua Trajano, 36, nesta Capital, com a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Discussão e julgamento do relatório apresentado pelo Diretório Regional.
 - 2º — Eleição do Diretório Regional e do Conselho Regional, para o biênio 1955/57, e suas respectivas mesas diretoras.
 - 3º — Eleição dos Delegados à Convenção Nacional.
 - 4º — Assuntos de interesse partidário.
- Florianópolis, 4 de fevereiro de 1955.
Nelson Rosa Brasil, secretário geral da U. D. N., no exercício da presidência.

(2-2)

(394)

Editais de convocação

De ordem do sr. presidente do Conselho Regional da U. D. N., Secção de Santa Catarina, convoco os senhores membros deste Conselho para os trabalhos preliminares da Convenção Regional, a realizar-se nos dias 15 e 16 do corrente mês e ano, na sede do Partido, à rua Trajano n. 36, nesta Capital, com a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Discussão e julgamento das contas e relatório da tesouraria, referente aos períodos 1953/55.
 - 2º — Outros assuntos.
- Florianópolis, 4 de fevereiro de 1955.
Nelson Rosa Brasil, secretário do Conselho Regional.

(2-2)

(395)

ESQUADRIAS DE MADEIRA BRAND S. A.

Assembléia geral ordinária

São convidados os senhores acionistas desta sociedade, para a assembléia geral ordinária a realizar-se no dia 16 de março de 1955, às dez horas, na sede social, à rua Engenheiro Niemeyer n. 79, nesta cidade, com a seguinte

Ordem do dia

- 1º) Leitura, discussão e deliberação sobre o relatório da diretoria, balanço geral, contas de lucros e perdas e o parecer do conselho fiscal relativos ao exercício de 1954.
 - 2º) Eleição do conselho fiscal.
 - 3º) Assuntos diversos.
- Joinville, 27 de janeiro de 1955.
Bruno Brand, diretor-vice-presidente.
Werner Wiese, diretor-gerente.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório da sociedade, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Joinville, 27 de janeiro de 1955.

Bruno Brand, diretor-vice-presidente.
Werner Wiese, diretor-gerente.

(3-2)

(392)